

Estrutura das Famílias e dos Domicílios no Brasil: Mudanças Quantitativas e Linhas de Convergência

IRACI DEL NERO DA COSTA
NELSON HIDEIKI NOZOE
CORNÉLIA N. PORTO(*)

Resumo

Faz-se – para o estudo demográfico do desenvolvimento e situação atual das famílias rurais brasileiras – uma análise da estrutura dos domicílios a partir do número médio de pessoas por domicílio, e da estrutura das famílias, considerando-se o número médio de filhos por família e a posição das pessoas na mesma.

Estes dados, retirados das PNADs realizadas entre 1978-84, são comparados aos dos domicílios das áreas urbanas em cada uma das sete regiões e no Brasil como um todo, indicando-se também o sexo dos componentes das famílias. Conclui-se que existe uma tendência à uniformização na estrutura dos domicílios rurais e urbanos e que ambos têm diminuído de tamanho.

Abstract

In order to make a demographic study of the development and present situation of the Brazilian rural families, the structure of the Brazilian rural households is analysed, based on the average number of people per household and on the family structure, considering the average number of children per family and each member's position in the family. These data, found in the 1978-84 PNAD's (national survey by household sampling), are compared with those for the urban households of each of the seven Brazilian geographic regions and of the country as a whole, indicating also the family members' sex. The conclusion is that rural and urban households structures tend to uniformity and both have dropped in size.

Neste artigo, utilizando um conjunto de variáveis demográficas, estabelecemos as tendências recentes observadas no Brasil no que tange à estrutura das famílias e dos domicílios. Para tanto, efetuamos a análise comparativa dos dados concernentes aos domicílios rurais e urbanos e referentes às regiões distinguidas pela PNAD. Deve-se lembrar que, para garantir a homogeneidade da série de tempo que compusimos, adotamos a distribuição regional utilizada na PNAD-1978 (Cf. quadro 1); tal *modus operandi* não implica qualquer perda, tanto em termos de análise, como no que tange aos resultados alcançados.

Tenha-se presente, ainda, que assumimos a categorização “rural-urbano” pro-

(*) Os autores, professores da FEA-USP e pesquisadores da FIPE, agradecem ao IPEA/IPLAN o apoio financeiro que possibilitou a elaboração deste trabalho.

QUADRO 1
REGIÕES PNAD

Região	Unidades da Federação
I	Rio de Janeiro
II	São Paulo
III	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
IV	Minas Gerais e Espírito Santo
V	Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.
VI	Distrito Federal
VII	Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Mato Grosso, Goiás.

posta nas PNAD's, vale dizer, a cada domicílio atribui-se uma situação urbana ou rural, segundo estipulavam as leis municipais vigentes em 1/09/1970. Assim, a situação urbana compreende a área das sedes dos municípios (cidades) e dos distritos (vilas); correlatamente, a situação rural abarca as áreas colocadas fora daquelas sedes. Desde 1977, os levantamentos têm procurado acompanhar o processo de urbanização de sorte a garantir a fidedignidade dos resultados.

Colocadas estas observações preliminares, passemos à consideração das variáveis e indicadores aqui contemplados.

Referentemente à estrutura dos domicílios trabalharemos com um conjunto básico de evidências, qual seja, o número médio de pessoas por domicílio. Com respeito à família tomada em termos específicos, consideramos dois conjuntos de dados: um relativo à posição da pessoa na família, outro referente ao número médio de filhos por família.

Para estes três conjuntos efetuamos o corte segundo situação dos domicílios (rural ou urbano), a localização regional dos mesmos (sete regiões e total Brasil) e o sexo de seus integrantes.

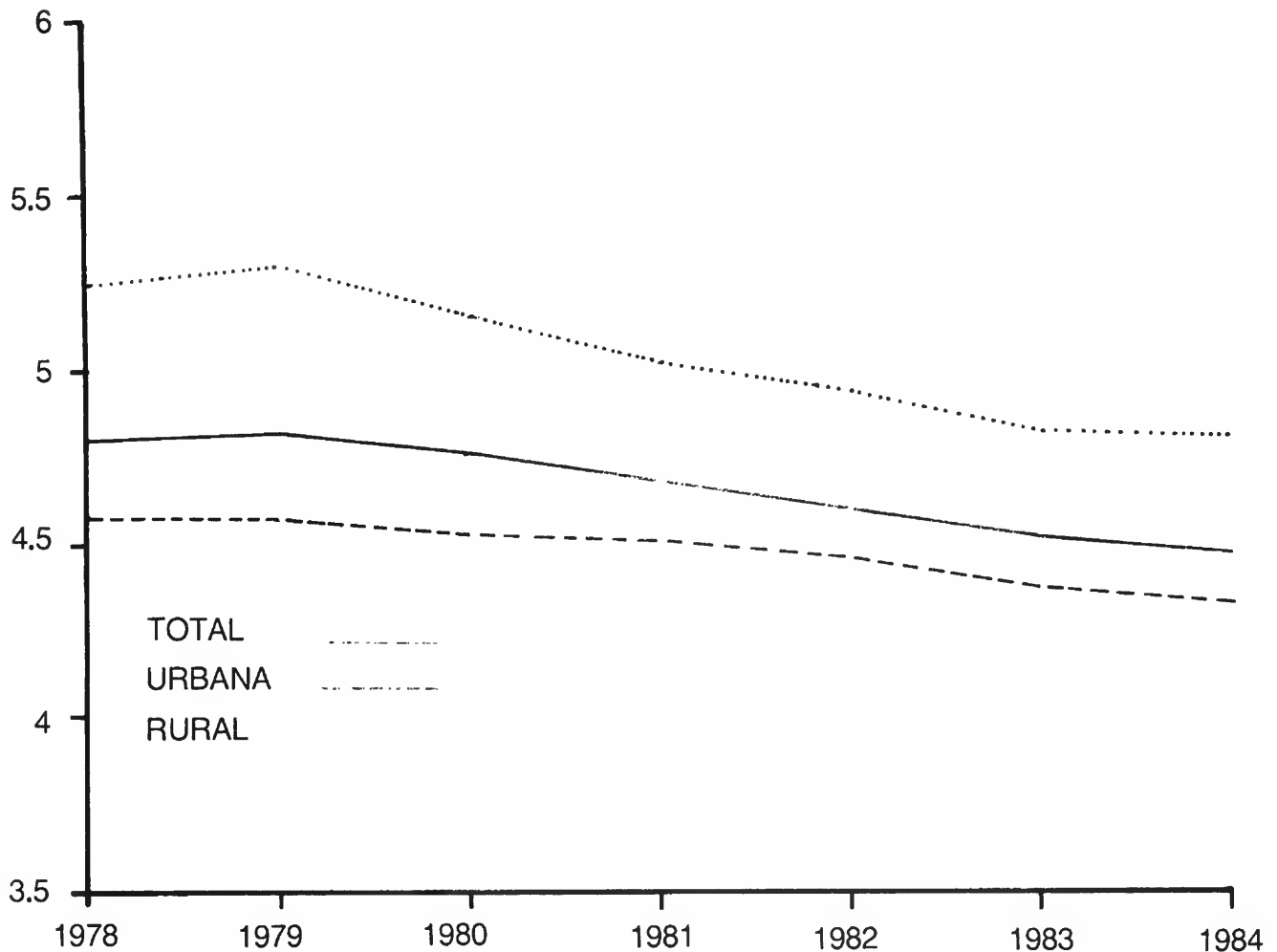
Passemos, pois, à análise destas evidências.

1. Número Médio de Pessoas por Domicílio

Atenhamo-nos, antes do mais, às tendências gerais válidas para o Brasil como um todo.

Afirma-se, de pronto, a tendência ao decréscimo do número médio de pessoas por domicílio; assim, entre 1978 e 1984, observou-se uma redução de 4,82 para 4,39 – decréscimo de 9,0% – pessoas por unidade domiciliar. Tal declínio apresentou in-

GRÁFICO 1

TOTAL BRASIL
NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO

tensidade ligeiramente superior no meio urbano – cuja média caiu de 4,61 para 4,23 –, do que no rural – onde o indicador decresceu de 5,30 para 4,89. O mesmo indicador, como esperado, apresentou-se sempre superior no meio rural.

Outra verificação que também se coloca ao nível genérico, ou seja, válida independentemente do transcurso do tempo, prende-se ao valor absoluto do indicador quando contemplados os sexos e a situação (rural, urbano) dos domicílios. Destarte, para todos os anos o número médio de homens mostrou-se, no meio urbano, inferior ao das mulheres: 2,38 contra 2,45, para 1978 e 2,18 *versus* 2,22 em 1984. Já o oposto ocorre no meio rural, onde o número médio de homens revelou-se superior ao dos elementos do sexo oposto: 2,70 *vis-à-vis* 2,60, em 1978 e 2,52 contra 2,37, para 1984 (Cf. gráfico 1). Esta discrepância, acreditamos, pode ser associada a três fatores explicativos: à maior “exigência” de braços masculinos no meio rural, ao fato de que, nas cidades, observa-se a presença de empregadas domésticas incorporadas ao domicílio e à maior mobilidade migratória no sentido campo/cidade do elemento feminino.

TABELA 1

INDICADORES CONCERNENTES AOS DOMÍCIlios, SEGUNDO
REGIÕES E SITUAÇÃO DOS MESMOS
(1978 e 1984)

Regiões	% de Domicílios situados na área rural (para 1984)	Nº Médio de pessoas por domicílio (NMPD)		Decréscimo % do NMPD entre 1978 e 1984		Diferencial do NMPD entre os meios Rural e Urbano		
		Urbano (para 1984)	Rural	Urbano	Rural	1978	1984	Tendência
I	6,77	3,88	4,45	8,71	9,55	0,67	0,57	convergir
II	7,85	3,97	4,60	7,24	9,09	0,76	0,63	convergir
III	31,95	4,01	4,68	8,66	8,95	0,75	0,67	convergir
IV	28,71	4,35	4,94	11,05	7,50	0,45	0,59	divergir
V	43,66	4,72	5,10	7,99	6,76	0,34	0,38	estável
VI	2,70	4,37	4,66	9,52	6,99	0,18	0,29	divergir
VII	20,21	4,68	4,56	11,86	7,51(a)	-0,09(b)	-0,12	divergir
Total								
Brasil	24,78	4,23	4,89	8,24	7,74	0,69	0,66	estável

Notas: (a) Refere-se ao período 1981-84.

(b) Refere-se ao diferencial observado em 1981.

Fonte: FIBGE-PNAD, 1978 e 1984.

A aludida "exigência" vê-se consubstanciada na maior participação, no meio rural, do elemento masculino na condição de agregado ("sem parentesco"); a esta questão retornaremos ao tratarmos das famílias.

Embora de caráter geral, as aludidas tendências mostraram valores e ritmos distintos quando consideradas as cifras correspondentes a cada região. Assim, em termos absolutos, o menor valor observado coube à área urbana do Rio de Janeiro (região I) e cingiu-se a 3,88 pessoas por domicílio, em 1984; já o maior valor coube ao meio rural do Nordeste (região V) e alçava-se a 5,51 em 1979, decrescendo muito pouco até 1984: 5,10 pessoas por domicílio.

Em termos de intensidade de decréscimo cabe realçar duas situações opostas: a da área urbana do Norte (região VII), na qual verificou-se o maior decremento relativo entre 1978 e 1984: 11,86%; e a área rural do Nordeste (região V) onde constatou-se o menor decréscimo relativo no período em questão: 6,76%.

As evidências quantitativas acima postas, associadas à análise dos dados que os informam, podem ser expressas de modo condensado de sorte a permitir, a par de uma interpretação global, a tentativa de uma tipificação, segundo regiões, das transformações que estão a ocorrer nos domicílios brasileiros. Para tanto, construímos a tabela 1, na qual consideramos os seguintes indicadores, calculados para cada região: percentual de domicílios situados no meio rural; número médio de pes-

soas por domicílio (NMPD), segundo a situação domiciliar; decréscimo percentual do NMPD entre 1978 e 1984, por situação do domicílio; diferencial do NMPD entre os meios rural e urbano em 1978 e 1984.

Os valores inscritos na tabela 1 sugerem-nos a distribuição das regiões em quatro grupos.

O primeiro compreendendo as regiões I (Rio de Janeiro), II (São Paulo) e III (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), distingue-se por apresentar o menor número médio de pessoas por domicílio (NMPD); além disto, dentre os domicílios situados no meio rural verificam-se, para aqueles localizados nestas três regiões, as maiores quebras percentuais de indicador NMPD entre 1978 e 1984. Correlatamente, a área urbana conheceu decréscimos dos menores no aludido indicador, os quais foram sistematicamente inferiores aos verificados para o meio rural das três regiões em tela. Da conjugação destes movimentos resulta a tendência à aproximação dos valores do NMPD vigorantes no meio rural daqueles observados na área urbana. Ao que parece, nesta última o NMPD já sofreu quedas substantivas e tende a se estabilizar em patamares dos mais modestos, vale dizer: os decrementos estão a ocorrer a taxas decrescentes; comportamento este ainda não alcançado no meio rural, para o qual ainda se verificam decréscimos a taxas crescentes. Tal fenômeno associa-se ao alto nível de urbanização atingido pelas regiões componentes deste primeiro grupo, cujo meio urbano já conheceu o processo de transição demográfica, o qual se estende agora ao campo que, por sua vez, distingue-se pelo acelerado processo de modernização. Visualização imediata destas assertivas nos é dada pelos gráficos 2, 3 e 4.

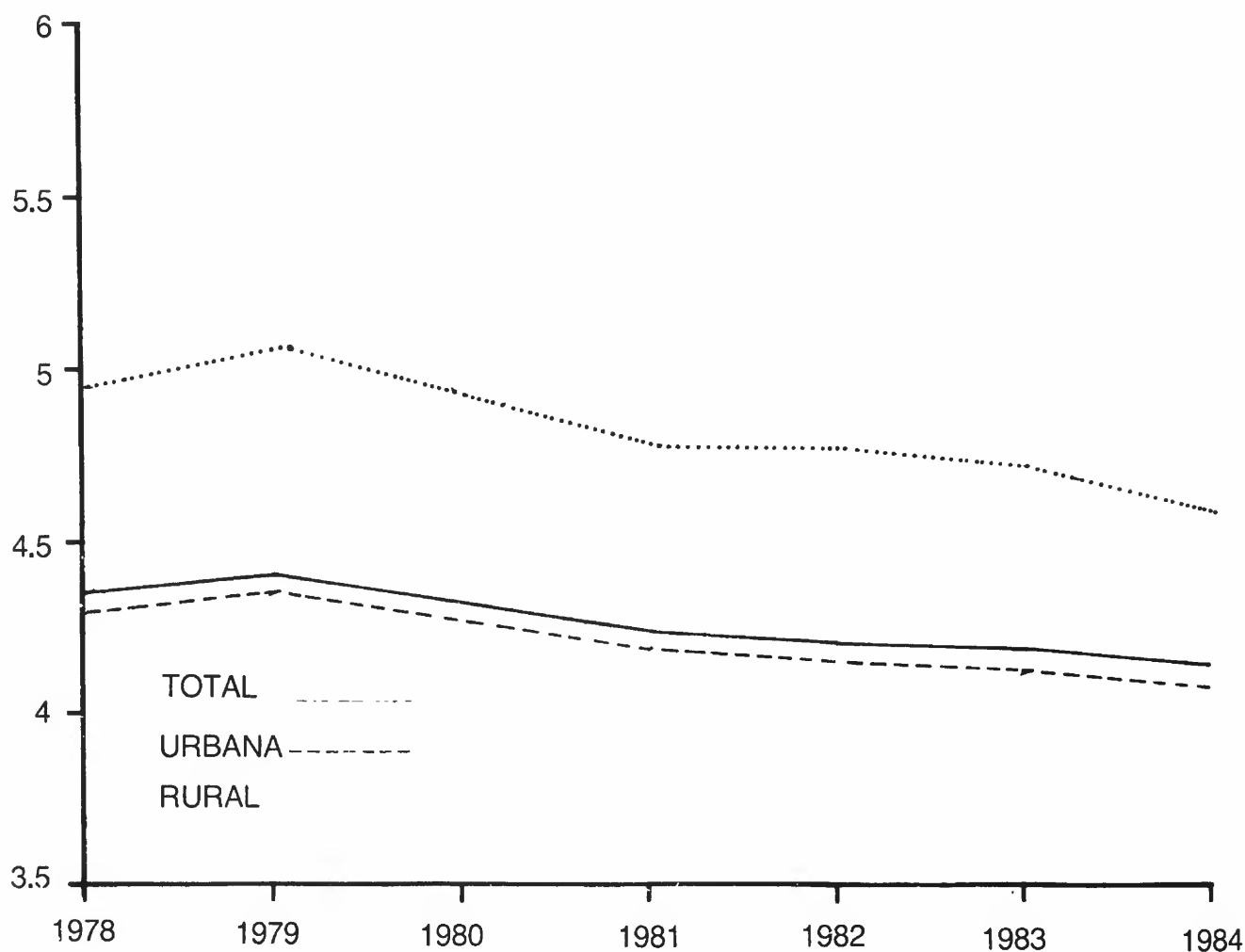
Numa situação muito discrepante da exposta acima vemos colocar-se a região V (Nordeste). Ali definiram-se, tanto para o urbano como para o rural, as maiores cifras para o indicador número médio de pessoas por domicílio. Ademais, os percentuais de decremento, para o período 1978-84, foram dos menores observados no Brasil, tanto em um, como em outro meio, acrescentando a isto o fato de a diminuição ter sido ligeiramente maior no meio urbano do que no rural. Assim, tem-se como resultado a tendência à divergência dos valores no NMPD vigentes nos dois meios; note-se que o aludido diferencial passou de 0,18 para 0,29 entre aqueles anos.

Ao que nos parece, esta região, tardia e apenas lentamente, está a conhecer um processo de transição demográfica, mantendo, ainda, as características da sociedade tradicional brasileira⁽¹⁾. Aliás, como esperado, no meio urbano revela-se o

(1) Frise-se que o termo "tradicional" não se identifica aqui com a maior complexidade da estrutura domiciliar, acepção esta própria da historiografia clássica sobre o tema e hoje colocada em xeque, pois naqueles estudos aceita-se, *a priori*, que o domicílio no passado brasileiro era integrado por indivíduos de várias gerações de um mesmo grupo de parentes que tinha à sua frente a figura de um patriarca; tem-se, assim, a equivalência dos termos "tradicional", "complexa" e "patriarcal". Ora, como demonstram os estudos de demografia histórica, este não é o verdadeiro perfil das famílias e dos domicílios existentes nos períodos da Colônia e do Império, nos quais predominava a estrutura domiciliar simples caracterizada pela presença exclusiva da família biológica ou nuclear. Veja-se, a respeito, os seguintes trabalhos: BURMESTER (1980); COSTA (1979); MARCÍLIO (1973); SAMARA (1980). Destarte, o termo tradicional vai aqui referido, tão-somente, a um maior número de pessoas por domicílio, fato este que pode ser associado a famílias nucleares com maior número de filhos. Este é o caso brasileiro no qual as famílias, inter e

GRÁFICO 2

REGIÃO I
NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO

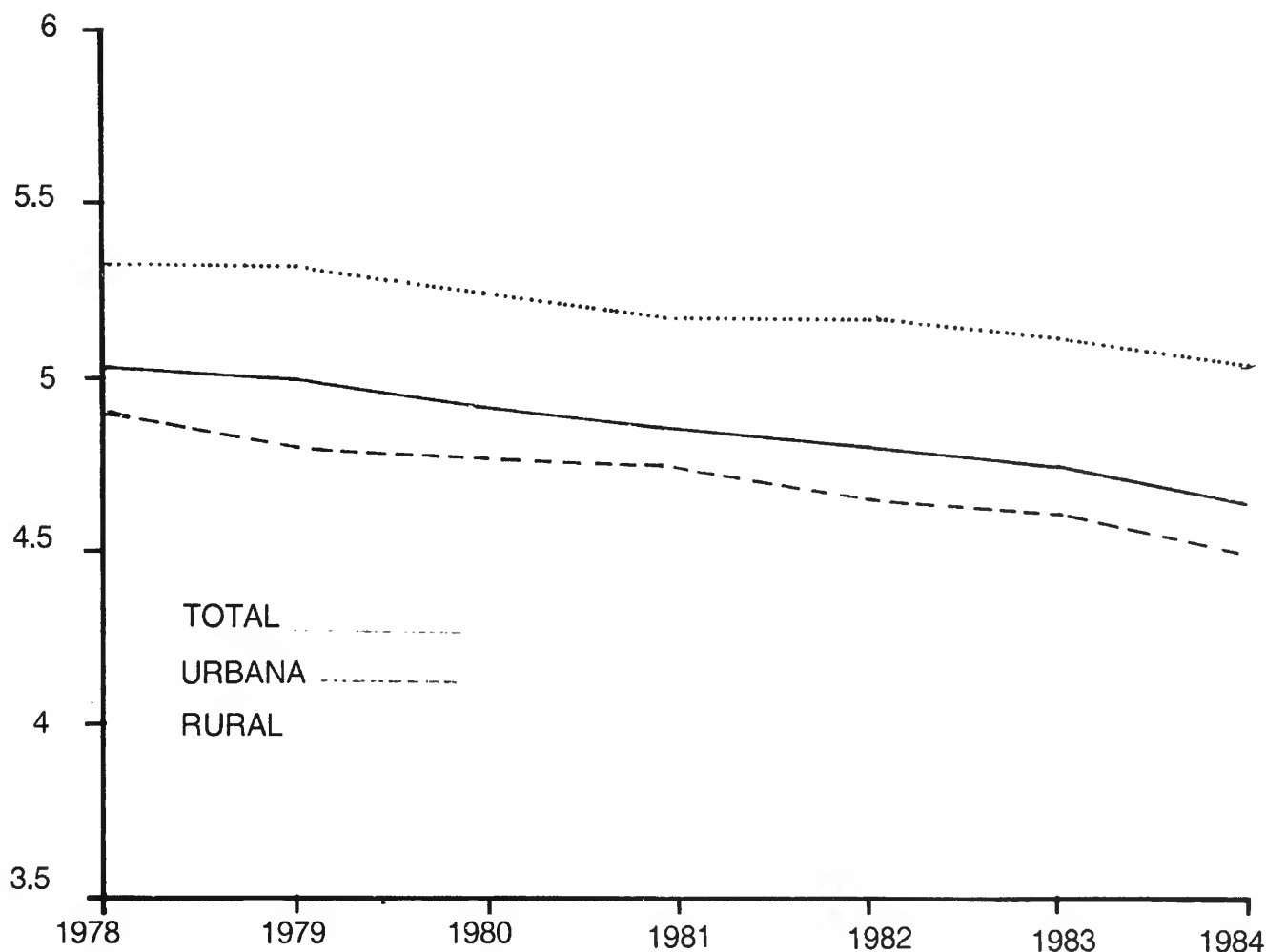


maior decréscimo relativo do NMPD: 7,99% *vis-à-vis* 6,76 para o período 1978-84 (veja-se gráfico 5). Outro elemento componente daquele quadro tradicional é claramente notado no Nordeste, qual seja o expressivo peso relativo dos domicílios localizados na zona rural (43,66%, em 1984).

Em posição nitidamente intermédia coloca-se a região IV (Minas Gerais e Espírito Santo). Ali, a nosso ver, já se desencadeou o processo de transição demográfica, embora ainda não se tenha generalizado para o campo e não se encontra em estágio semelhante àquele alcançado pelas áreas urbanas do primeiro grupo anteriormente identificado. Este fenômeno fica palmarmente evidenciado quando confrontamos o decréscimo porcentual do NMPD entre 1978 e 1984. Destarte, enquanto nas cidades o decremento relativo é dos mais altos (11,05%), no campo tal indicador revelou-se inferior àquele vigente para o primeiro grupo e superior ao válido para o segundo grupo: 7,5%.

intra-regionalmente, não apresentam diferença de estrutura, mas, sim, de quantidade em decorrência do tamanho da prole. É esta basicamente a questão tratada neste artigo.

GRÁFICO 3
 REGIÃO II
 NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO



A consequência de tal comportamento é o distanciamento das cifras do NMPD urbano e rural, cujo diferencial elevou-se de 0,45 para 0,59 entre 1978 e 1984.

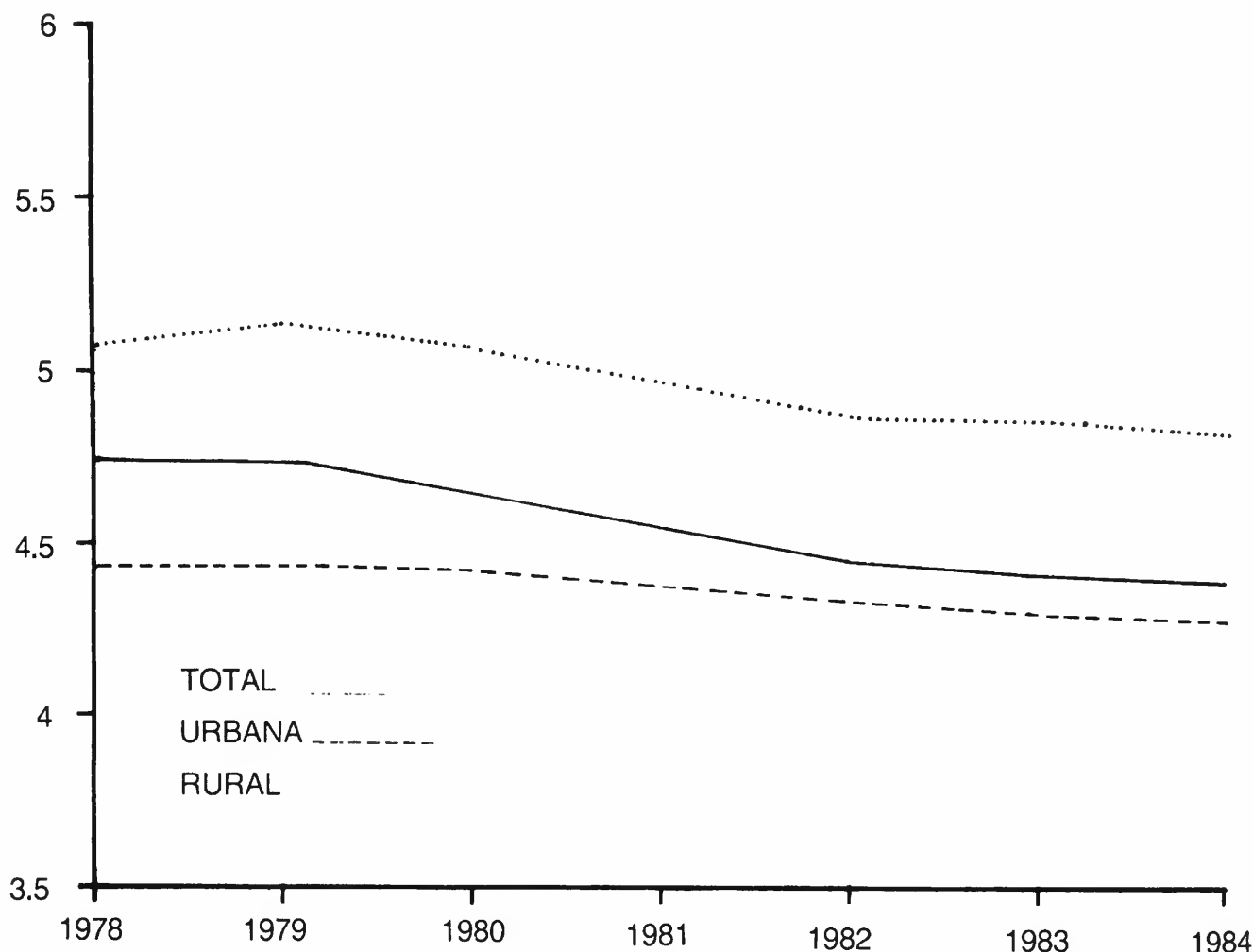
Tudo se passa como se no meio rural permanecesse o padrão tradicional enquanto na área urbana já se nota claramente o comportamento que distingue os centros mais industrializados e modernos do país. Tem-se, pois, neste grupo intermediário, uma situação bipolar: no campo, uma proximidade com o Nordeste; na cidade, uma similitude com São Paulo e Rio de Janeiro. Admitindo-se termos paradigmáticos pode-se afirmar que a tendência é a de uma posterior irradiação do comportamento citadino para o campo (Cf. gráfico 6).

Conquanto a tipificação ora apresentada cubra a parcela majoritária de nossa população, não abrange todas as situações observadas no Brasil. Posições excêntricas são detectadas nas regiões VI (Distrito Federal) e VII (Norte e Centro-Oeste).

Na primeira, problemática em si mesma, a área rural praticamente inexistente. Para a segunda, além do processo recente de ocupação territorial, que não seguiu, ademais, os padrões históricos ocorridos nas demais áreas do país, defrontamo-nos

GRÁFICO 4

REGIÃO III
NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO

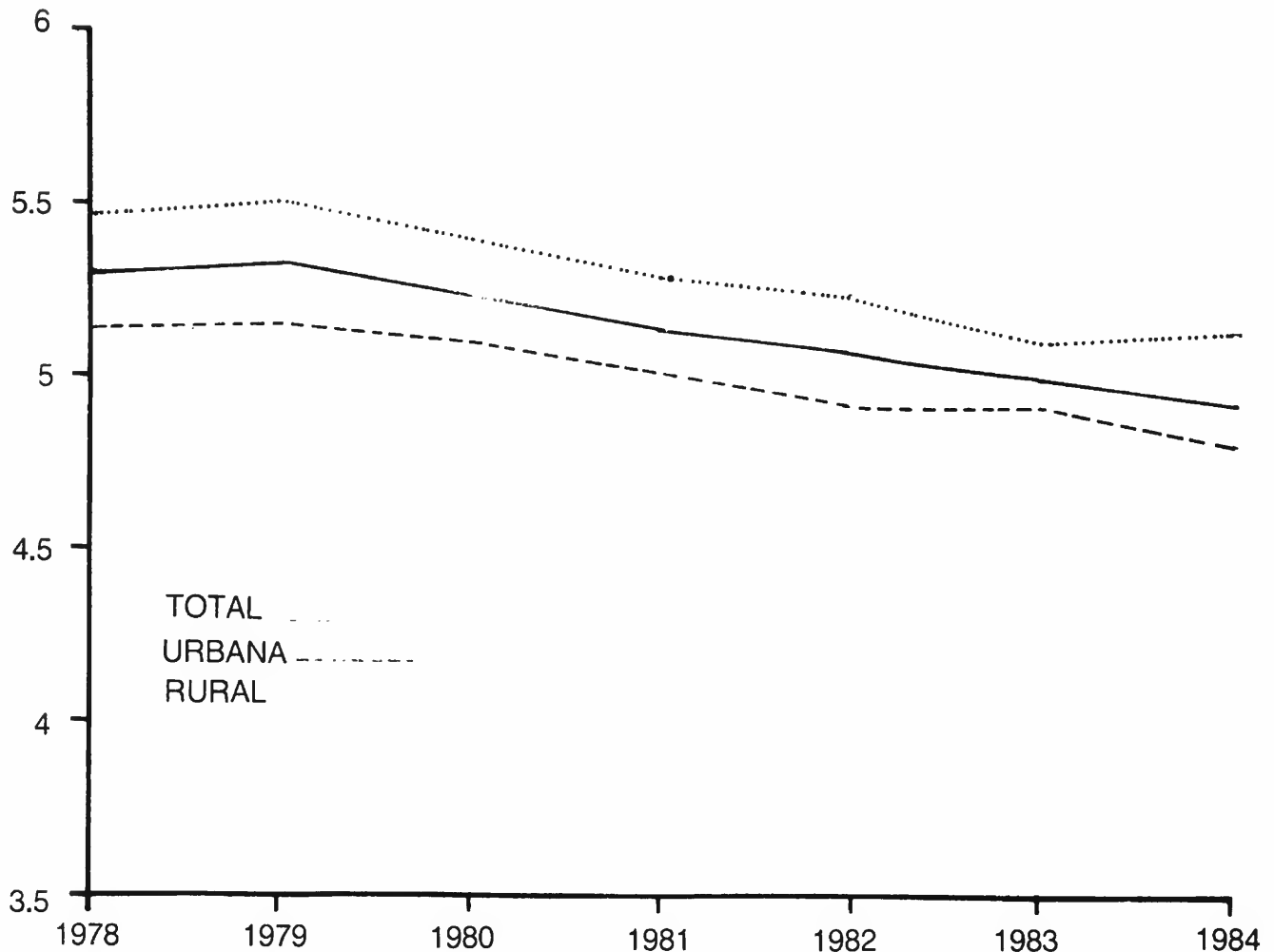


com dificuldades estatísticas decorrentes do fato de o levantamento das informações contidas nas PNAD's não haver sido efetuado, para a área rural, em todos os anos aqui contemplados. Não obstante tais limitações, abalançamo-nos a avançar algumas observações. Ressalta, desde logo, as baixas cifras encontradas para o NMPD, tanto no meio urbano, quanto no rural, no qual tem prevalecido, contrariamente ao verificado para o restante do país, valor inferior ao atingido nas cidades: 4,56 *versus* 4,68 (região VII), para 1984.

Para justificar a tipicidade desta área pode-se aventar a hipótese do impacto diferenciado do fluxo migratório, dirigido para a mesma. De um lado, nota-se um comportamento muito próximo àquele aqui denominado "tradicional", o qual se viu abalado pela chegada de migrantes provenientes das áreas meridionais do país, onde vigoram padrões domiciliares caracterizados por um menor número de integrantes. De outro, observa-se que os efeitos desta entrada são diferenciados segundo seu peso relativo *vis-à-vis* o conjunto da população já estabelecida na região. Assim, na cidade o impacto do afluxo de forasteiros sobre o NMPD foi menor do que no

GRÁFICO 5

REGIÃO V
NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO



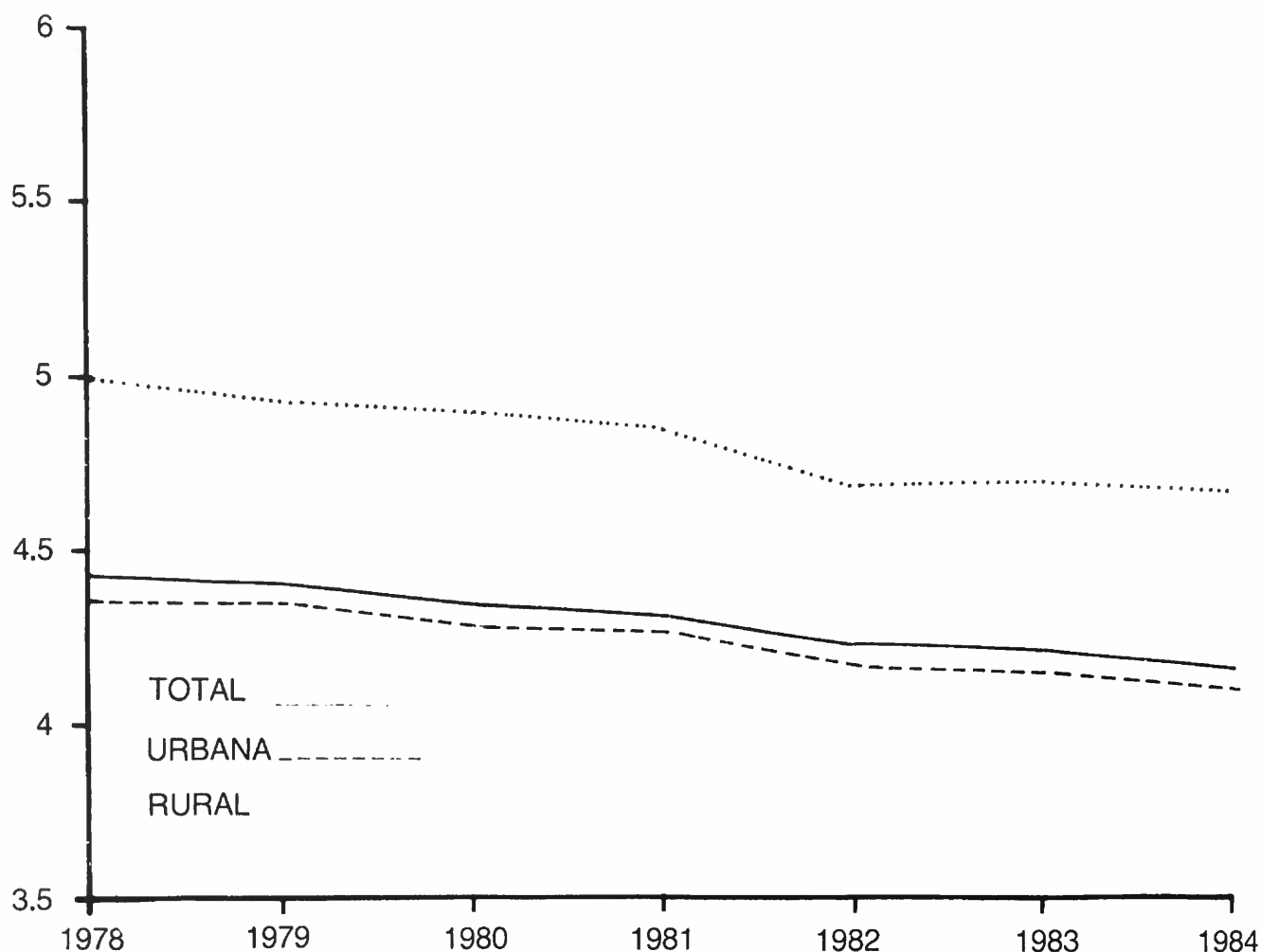
campo, embora em ambas as áreas o decremento relativo deste indicador entre 1981 e 1984 fosse o mais alto verificado no país: 6,77% para a cidade e 7,51% para o campo. Continua assim a cidade a apresentar um NMPD muito próximo daquele prevalecente no Nordeste (4,68 em face de 4,72); já no campo a cifra aproxima-se daquelas observadas no Rio de Janeiro e São Paulo: 4,56 diante de 4,45 e 4,60 (veja-se gráfico 7).

Restam, pois, identificados os quatro grupos típicos, os quais podem ser denominados área altamente urbanizada com campo modernizado, área tradicional, área intermédia e área de fronteira. Deve-se ter presente que a cada grupo corresponde uma zona rural com padrões domiciliares próprios.

Nos tópicos que seguem, procuraremos testar a validade desta categorização e enriquecê-la, com base em novas evidências.

GRÁFICO 6

REGIÃO IV
NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO



2. Sobre a Condição das Pessoas na Família

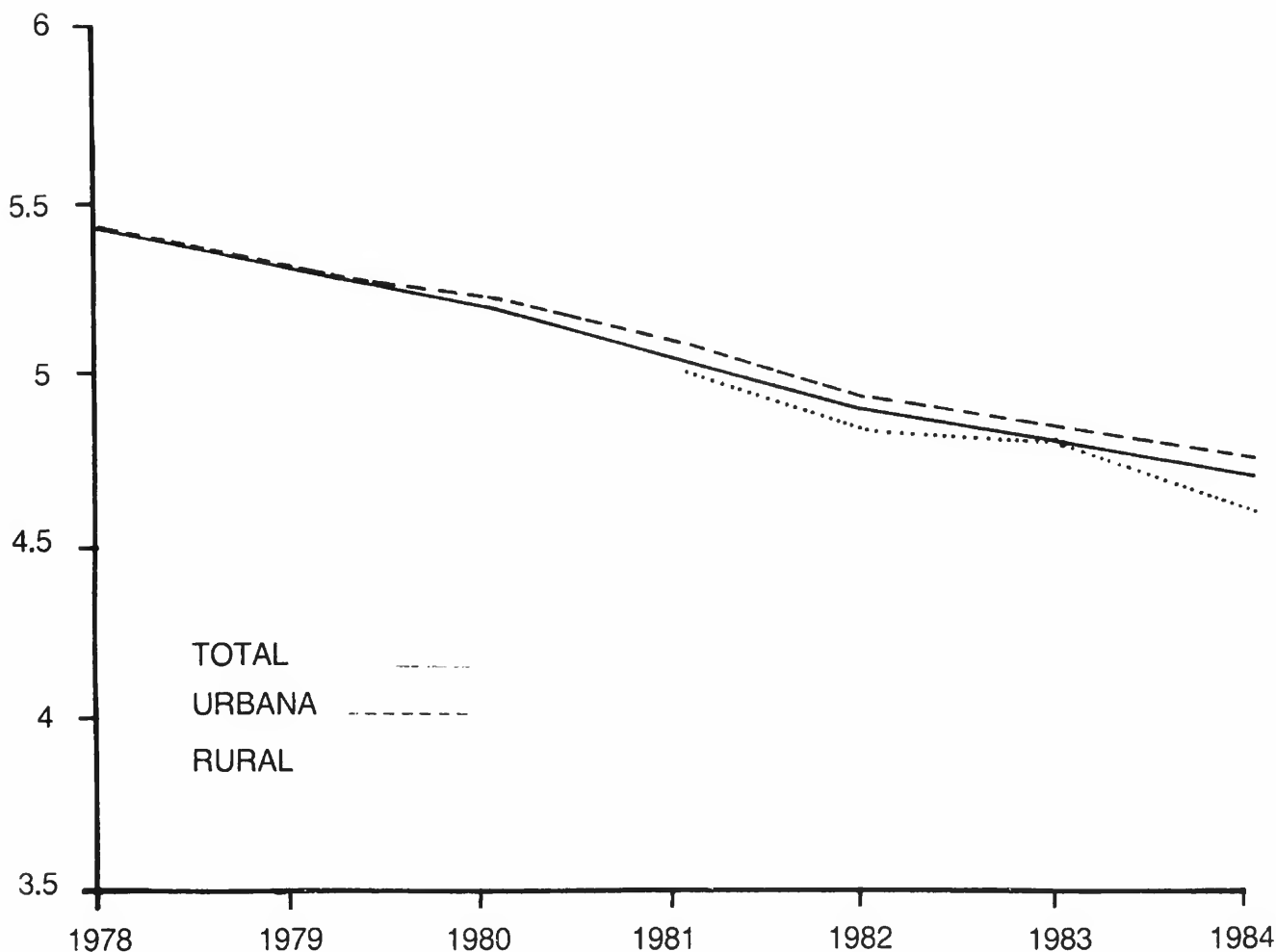
Neste tópico centramos a discussão na família, segundo a condição das pessoas na mesma. Distribuímos estes integrantes de acordo com o sexo, a situação domiciliar e as seguintes categorias concernentes à posição da pessoa com respeito ao cabeça da família: chefes, cônjuges, filhos, outros parentes e sem parentesco⁽²⁾.

Com respeito aos chefes de família consideraremos, também, as eventuais mudanças em termos de participação segundo o sexo e a situação dos domicílios, no correr do período 1978-84.

Como passo inicial verificaremos se o quadro de referência proposto no tópico anterior permanece válido quando efetuados os cortes acima explicitados; num se-

(2) Neste último grupo encontram-se, basicamente, os agregados e/ou empregados que coabitam junto às famílias. Aqui são computados, também, pensionistas e hóspedes. Em qualquer caso estas pessoas não guardam, com respeito ao chefe de família, qualquer grau de parentesco.

GRÁFICO 7
REGIÃO VII
NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO



gundo momento, e agora privilegiando a condição “chefe de família”, buscaremos novas evidências quanto às famílias rurais. Em ambos os casos, manteremos a técnica do item anterior, qual seja, a da análise por confronto.

Voltemo-nos, pois, às evidências empíricas.

2.1 Visão de Conjunto

Para o Brasil como um todo, observa-se, como fartamente anotado pela literatura sobre demografia, o ligeiro predomínio do sexo feminino. Tal distribuição, também como esperado, não se reproduz quando se contempla a condição das pessoas na família; neste caso os fatores de ordem sócio-econômica atuam de maneira imediata e muito mais clara e intensamente. Assim, com respeito aos chefes de família marca-se o absoluto domínio numérico do sexo masculino, o qual não se vê abalado

com o correr do tempo: 84,3% para 1978 e 83,4 em 1984⁽³⁾. Tal predomínio revela-se mais marcante no meio rural, no qual a participação relativa dos homens situa-se em torno de 89% contra o valor médio de 81% que tem prevalecido na área urbana. Este último diferencial pode ser atribuído a razões de ordem comportamental e, fundamentalmente, a fatores de natureza econômica, pois o meio rural oferece menores oportunidades para a constituição e permanência de famílias chefiadas por mulheres.

Referentemente aos filhos, percebe-se ligeiro predomínio do sexo masculino, o qual é mais acentuado no campo do que na cidade. Em termos genéricos pode-se afirmar que este diferencial está associado ao casamento relativamente tardio dos filhos do sexo masculino. Para o campo, a tal fator alia-se a maior mobilidade migratória da mulher. Pode-se aventar, ademais, que o diferencial das idades dos nubentes seja maior no campo do que na cidade.

Com respeito aos "outros parentes", o predomínio, tanto no campo como nas cidades, cabe ao elemento do sexo feminino. Não obstante, cabem algumas qualificações a esta assertiva genérica. Em primeiro, cumpre realçar que nas cidades o domínio numérico das mulheres é superior ao observado no meio rural: 60%, grosso modo, na cidade, *vis-à-vis* 52%, em média, na zona rural. Em segundo, nota-se que, no correr do tempo, tais participações têm revelado comportamentos distintos; assim, no meio urbano, o percentual tem permanecido praticamente constante (59,9% em 1978, contra os 59% anotados para 1984). Já no meio rural este indicador tem revelado tendência a cair: 52,8% em 1978, para 50,4% em 1984.

Quanto às pessoas "sem parentesco" com os chefes de família, percebe-se comportamento oposto no tocante ao predomínio numérico de um dos sexos: no campo domina o sexo masculino enquanto nas cidades o peso relativo mais elevado cabe às mulheres. Ademais, a tendência tem sido a de aumentar, a nível global, a participação relativa do elemento feminino: de 68,0% para 1978, passou-se, em 1984, para 73,0%. Tal incremento deve-se, fundamentalmente, ao crescimento ocorrido nas cidades, para as quais o mesmo indicador passou de 75% para 79% em igual período. Tal acréscimo foi suficientemente grande para contrarrestar o declínio observado na zona rural, onde a participação das mulheres sem parentesco com os chefes de família caiu, no lapso temporal assinalado, de 40 para 38%.

Ao que parece, o processo de expulsão do meio rural atinge mais fortemente o elemento do sexo feminino. Correlatamente, as condições produtivas imperantes no campo continuam a atuar no sentido da retenção da mão-de-obra masculina; em contrapartida, as cidades oferecem maiores oportunidades de incorporação de "parentes" e "não parentes" do sexo feminino.

(3) Tal predomínio é devido, parcialmente, à própria maneira como são coletadas as informações, pois no caso da presença de ambos os cônjuges, o homem tem sido, automaticamente, anotado como o chefe da família.

TABELA 2

Nº MÉDIO DE “OUTROS PARENTES” E “SEM PARENTESCO”
POR GRUPO DE 100 FAMÍLIAS

Regiões	“Outros Parentes”								“Sem Parentesco”							
	1978				1984				1978				1984			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
I	8,1	12,6	9,2	10,0	7,7	11,6	9,7	7,3	2,4	8,3	4,7	2,4	1,0	2,6	1,3	0,8
II	7,9	11,1	8,0	8,3	6,7	9,8	7,1	7,3	2,5	5,5	2,2	1,2	1,2	2,8	1,6	0,4
III	6,4	11,2	6,6	7,0	6,0	9,6	6,1	8,1	0,3	8,3	4,3	2,6	1,3	3,5	1,8	0,8
IV	8,9	12,9	8,5	10,1	7,6	9,8	9,6	8,0	2,8	9,2	5,3	2,6	1,0	4,6	2,3	1,3
V	11,5	18,4	10,9	12,4	10,6	15,9	10,3	10,4	3,1	11,5	3,4	2,8	1,0	7,3	1,5	1,3
VI	13,6	17,4	11,4	11,0	10,7	13,9	11,4	5,1	5,0	19,6	2,2	4,4	1,4	8,0	3,8	2,6
VII	13,9	16,6	—	—	9,8	12,3	7,0	6,6	3,6	11,2	—	—	1,3	5,3	2,5	0,9
Total Brasil	9,0	13,4	9,1	10,2	8,0	11,5	8,8	9,0	2,8	8,5	3,8	2,6	1,1	4,3	1,7	1,1

Fonte: FIBGE-PNAD, 1978 e 1984.

2.2 As Condições “Outros Parentes” e “Sem Parentesco”

Atenhamo-nos, mais detidamente e com base em outros cortes, a estas duas condições já que “chefes de família” e “filhos” serão mais largamente considerados em tópicos próprios. Para tanto, consideremos os valores inscritos na tabela 2.

Três conclusões podem ser extraídas da tabela 2. Em primeiro, firma-se a distinção entre os meios rural e urbano; assim, na categoria “outros parentes” verifica-se, nas cidades e em todas as regiões, o predomínio de mulheres, as quais superam em cerca de 50% o respectivo efetivo médio de homens. Já no campo, embora também se observe, para quase todos os casos, a superioridade do sexo feminino, tal domínio é menos expressivo do que no meio urbano; para o período mais recente, em algumas regiões chega-se a observar a reversão, passando a predominar os homens. Além disto, enquanto nas cidades mantém-se o diferencial entre os sexos, no campo esta diferença tende a desaparecer.

Com respeito às pessoas que não guardam parentesco com os chefes de família, a distinção entre os meios rural e urbano é ainda mais nítida; destarte, enquanto nas cidades, para todas as regiões, ocorre o predomínio quantitativo de mulheres, no campo os homens, claramente, constituem a parcela majoritária. Ademais, entre 1978 e 1984, a redução pela metade do número médio de pessoas não parentes por grupo de cem famílias afetou igualmente ambas as áreas em foco.

A título ilustrativo, tomemos como exemplo os casos em que ocorreram os maiores afastamentos, os quais não se distanciam muito daquela redução global: em São Paulo, passou-se, no meio urbano, de 2,5 para 1,2 homens, e de 5,5 para 2,8 mulheres, sendo que no meio rural os homens reduziram-se de 2,2 para 1,6, e as mulheres de 1,2 para 0,4 no lapso temporal mencionado. Em igual período, o meio urbano nordestino conheceu uma queda de 3,1 para 1,0 homem não parente por

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO
REGIÕES E SITUAÇÃO
(1984)

Regiões	Entre Regiões			Nas Regiões		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
I	3,0	13,6	11,0	6,6	93,4	100,0
II	7,8	29,6	24,3	7,9	92,1	100,0
III	21,4	14,7	16,3	32,2	67,8	100,0
IV	14,4	11,8	12,4	28,6	71,4	100
V	46,8	20,2	26,7	43,1	56,9	100,0
VI	0,1	1,5	1,2	2,6	97,4	100,0
VII	6,5	8,6	8,1	19,6	80,4	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	24,6	75,4	100,0

grupo de cem famílias, e de 11,5 para 7,3 mulheres de igual condição familiar; na área rural o declínio foi de 3,4 para 1,5 com respeito aos homens, e de 2,8 para 1,3 no tocante às mulheres. É de se esperar, portanto, que a discrepância aqui anotada se mantenha.

Em segundo, evidencia-se que, com respeito aos dois indicadores inscritos na tabela 2 ("outros parentes" e "sem parentesco"), ocorrem divergências inter-regionais de monta, as quais, pelo seu ordenamento, corroboram inteiramente a distribuição segundo grupos típicos que propusemos no item antecedente, ou seja, os cortes aqui efetuados reproduzem aquele grupamento regional.

Por fim, detecta-se clara tendência a queda no número médio de "outros parentes" e de "não parentes" por família. Trata-se, de fato, de um dos componentes explicativos da já referida quebra do tamanho médio do domicílio brasileiro. Vê-se, pois, que a aludida quebra não é devida, tão-somente, a um aumento mais do que proporcional do número de domicílios novos ou à baixa da fecundidade, mas também a este terceiro fator causal, o qual, embora modestamente, tem contribuído para reduzir o tamanho médio de nossos domicílios.

Exploradas estas duas categorias de condição na família, atenhamo-nos à que nos parece crucial, qual seja, a de seus chefes.

2.3 A Condição "Chefes de Família"

A consideração dos chefes de família nos propicia o estudo da distribuição regional e situacional das famílias brasileiras. Pela tabela 3 verifica-se que, em 1984,

cerca de metade destas famílias estavam concentradas em apenas duas regiões: 26,7% no Nordeste e 24,3% em São Paulo. Estas duas regiões, além de serem as mais populosas no Brasil, são justamente aquelas com respeito às quais se observa o maior distanciamento em termos de padrão de vida. Note-se ademais que, quando consideramos apenas as famílias rurais, o percentual correspondente ao Nordeste eleva-se a quase 50% do total nacional, ao passo que o peso correlato para São Paulo é de apenas 7,8%.

Resulta daí que no Nordeste a participação relativa das famílias residentes no campo é a mais elevada do país: 43,1% contra a média nacional de 24,6. Este fato distingue esta região das demais. Se a estas cifras associarmos a informação de que é exatamente no Nordeste que ocorrem as mais graves distorções de ordem sócio-econômica do Brasil, teremos uma idéia da dimensão dos problemas que estão a afetar parcela expressiva das famílias brasileiras em geral, e das rurais em particular.

À vista das tendências observadas nos anos recentes pode-se afirmar que o quadro acima reportado ver-se-á ainda mais reforçado em anos vindouros, pois as famílias chefiadas por mulheres têm apresentado um crescimento mais do que proporcional *vis-à-vis* aquele concernente ao sexo oposto. Assim, enquanto as famílias encabeçadas por homens conheceram, entre 1978 e 1984, um crescimento de 21,4%, as chefiadas por mulheres revelaram um incremento duas vezes maior: exatamente 46,9%. Esta tendência foi mais acentuada nas regiões I, II e III, as mais urbanizadas do país; deu-se com menor intensidade no Nordeste, área aqui caracterizada como tradicional e viu-se revertida na região VII, área de fronteira como já fizemos notar; a região IV mantém-se em posição intermediária. Disto pode-se concluir que também na zona mais urbanizada do país as condições da família brasileira estão a se agravar em função das características das famílias chefiadas por mulheres, quais sejam: menores níveis de remuneração, maiores dificuldades de engajamento no mercado de trabalho, além da sobrecarga representada pela duplicação da jornada de trabalho.

Conquanto o fenômeno “famílias chefiadas por mulheres” ocorra generalizadamente em todo o país, com predominância na zona urbana, quando consideramos a distribuição inter-regional das mesmas percebemos forte concentração na região V: 28,4%. Caso tomássemos em conta apenas o meio rural, esta cifra ascenderia para 56,5%, vale dizer, mais da metade das famílias rurais chefiadas pelo elemento feminino encontra-se na região mais carente do país (Cf. tabela 4).

Ao que parece, estamos diante da conjugação de elementos distintos. Por um lado, o que se pode chamar de produto a pobreza no meio rural, donde o forte peso relativo das famílias encabeçadas por mulheres na zona rural nordestina. Por outro lado, o resultado do rápido processo de urbanização, no bojo do qual se dá o forte crescimento das famílias urbanas chefiadas pelo sexo feminino, donde as elevadas cifras concentradas, em 1984, nas regiões I e II para a relação “famílias chefiadas por mulheres na zona urbana sobre o total de famílias encabeçadas por mulheres”: 96,3% e 95,7%, respectivamente (Cf. tabela 4).

TABELA 4

FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES:
DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO E SITUAÇÃO
(1984)

Regiões	Distribuição Regional das Famílias Chefiadas por Mulheres			Famílias na Zona Urbana Sobre o Total de Famílias		
	Rural	Urbana	Total	Mulheres ^(a)	Homens ^(b)	H+M ^(c)
I	3,2	15,2	13,4	96,3	92,6	93,4
II	6,3	25,9	22,8	95,7	91,4	92,1
III	15,0	12,9	13,2	82,4	65,2	67,8
IV	15,2	12,4	12,9	81,7	69,0	71,4
V	56,5	23,4	28,4	69,3	53,9	56,9
VI	0,1	1,7	1,5	99,3	96,9	97,4
VII	3,7	8,5	7,8	92,6	77,8	80,4
Total	100,0	100,0	100,0	84,5	73,4	75,4

Notas: (a) Porcentual de famílias da zona urbana da região *i* chefiadas por mulheres sobre o total de famílias da região *i* que são chefiadas por mulheres.

(b) Porcentual de famílias da zona urbana da região *i* chefiadas por homens sobre o total de famílias da região *i* que são chefiadas por homens.

(c) Porcentual de famílias da zona urbana da região *i* sobre o total de famílias da região *i*.

As linhas tendenciais aqui referidas vão ilustradas nos gráficos 8 a 15, dos quais, em termos genéricos, pode-se inferir: a) o crescimento do número de famílias ocorreu com maior intensidade para aquelas chefiadas por mulheres; b) tal incremento foi muito mais acentuado no meio urbano do que no rural; c) em ambos os meios, o incremento das famílias chefiadas por mulheres foi maior do que o acréscimo das famílias encabeçadas pelo elemento masculino; d) mesmo nas zonas rurais das regiões em que houve decréscimo absoluto do número de famílias, o decréscimo relativo daquelas chefiadas por mulheres foi menor do que o concernente às chefiadas por homens.

A avaliação dos valores inscritos na tabela 5 permite-nos reafirmar, agora tomando como referência os chefes de família, o agrupamento que nos propusemos testar. Para tanto, tomamos dois indicadores. O primeiro serve para mensurar o nível de concentração, nos meios urbano e rural, das famílias chefiadas por mulheres comparativamente à distribuição, segundo as duas situações, das famílias em geral. Isto significa que, quanto maior for o grau de concentração na zona urbana das famílias chefiadas por mulheres, mais distante da unidade encontrar-se-á nosso indicador, o qual, neste caso, é obviamente maior do que um. O segundo destina-se a evidenciar as alterações da participação relativa das mulheres chefes de família sobre o total de famílias, considerados os pontos extremos 1978 e 1984.

GRÁFICO 8

TOTAL BRASIL
CHEFES RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES

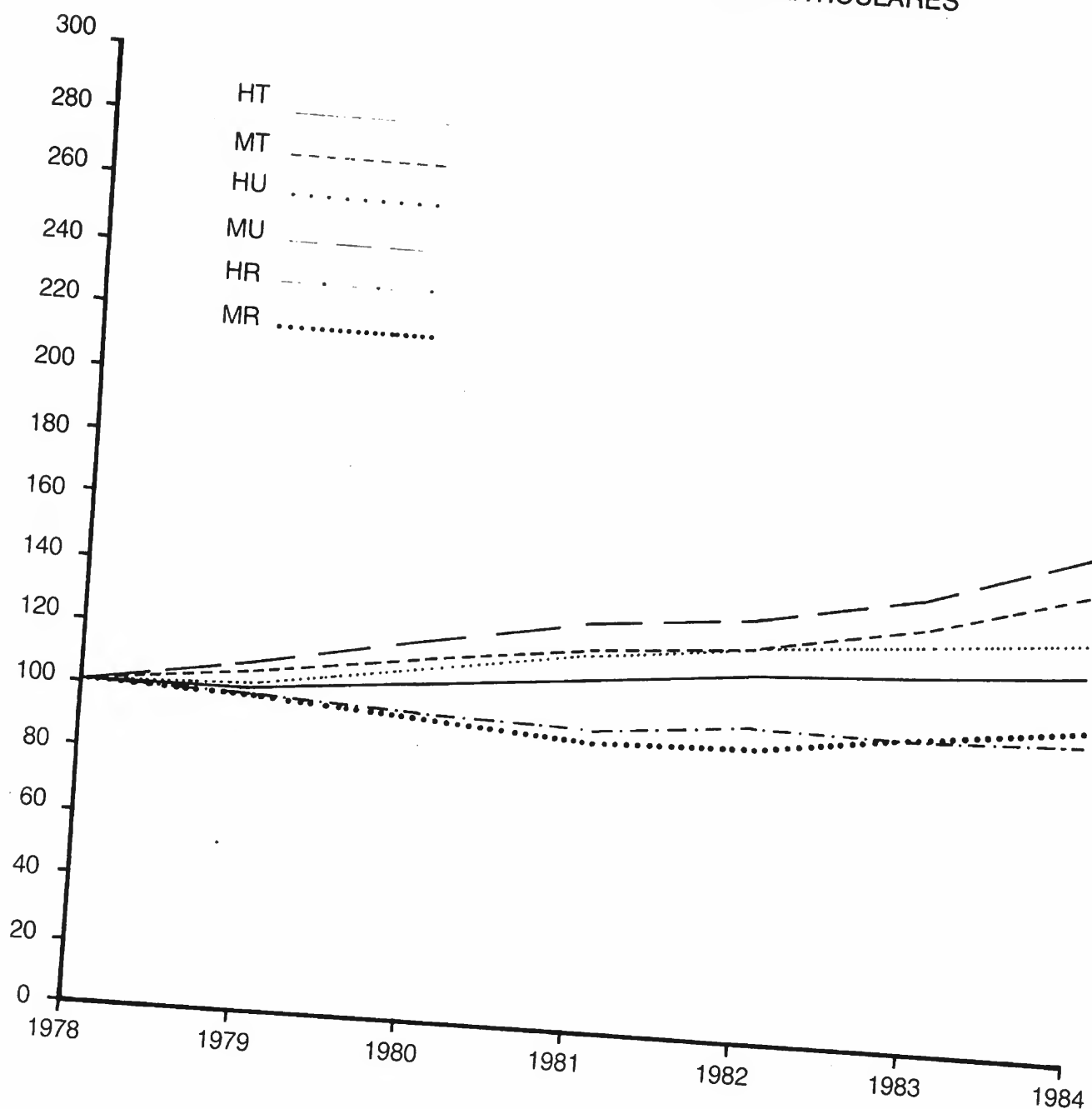


GRÁFICO 9

REGIÃO I
CHEFES RESIDENTES EM DOMÍCIlios PARTICULARES

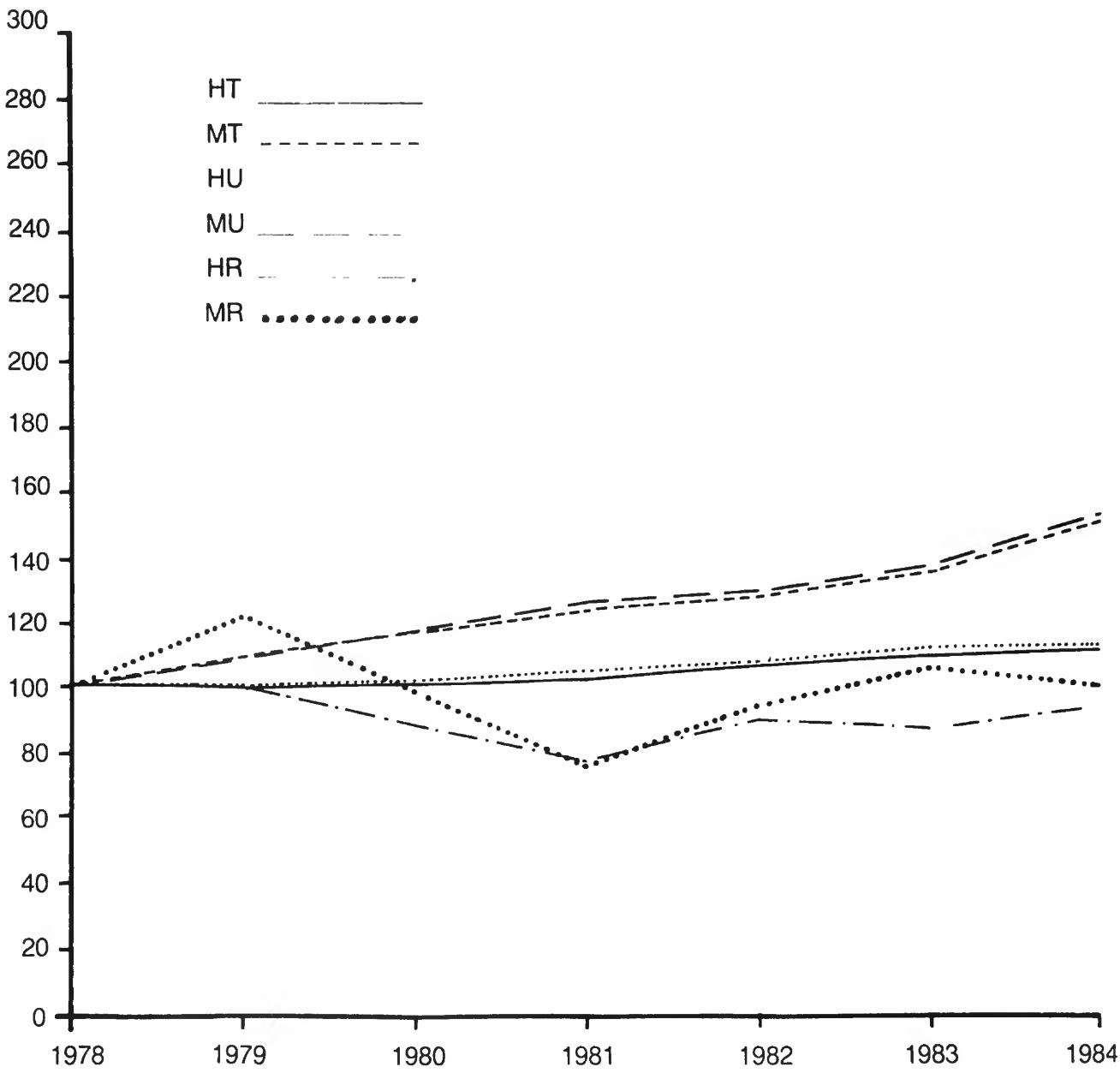


GRÁFICO 10
REGIÃO II
CHEFES RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES

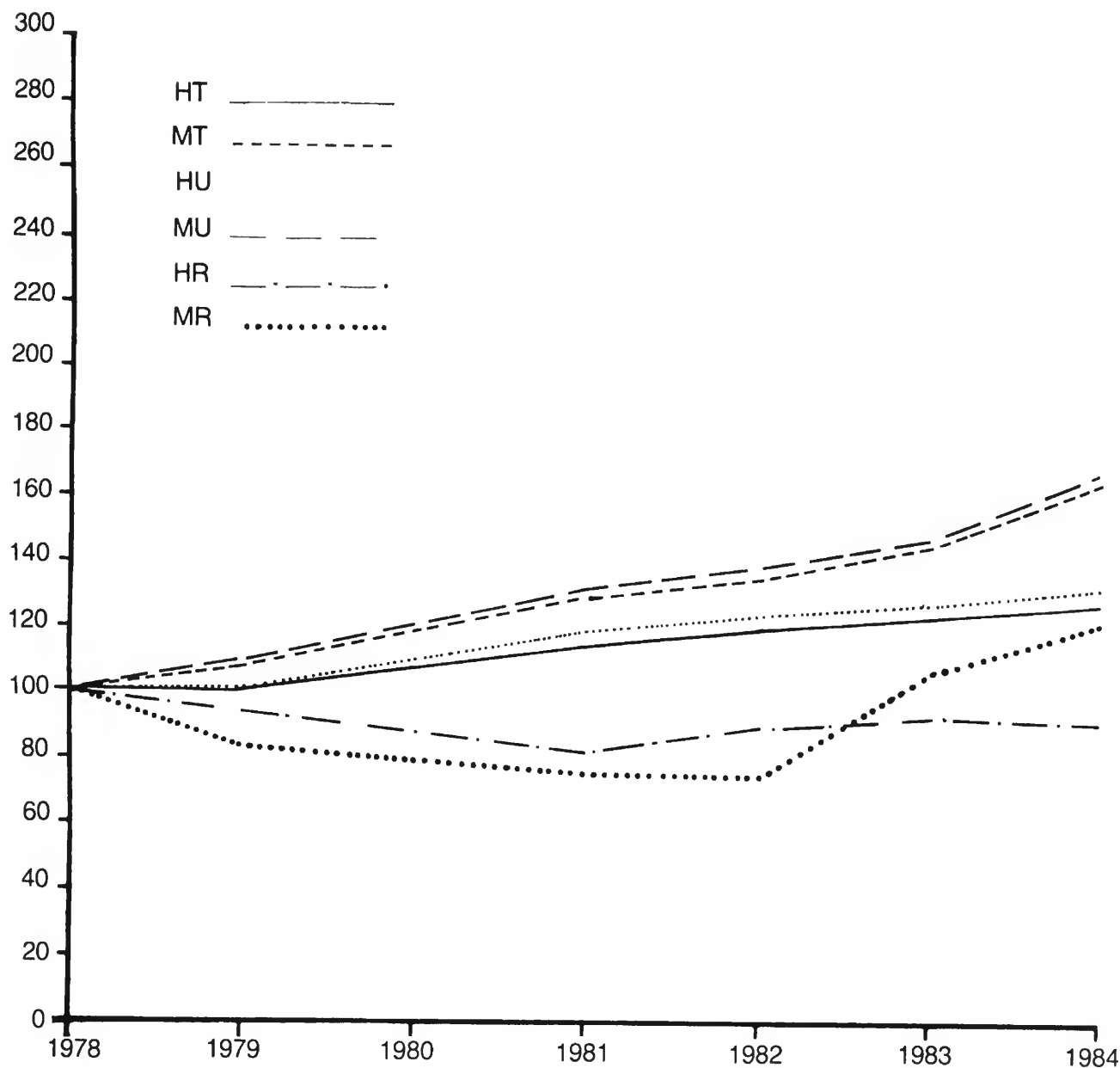


GRÁFICO 11

REGIÃO III
CHEFES RESIDENTES EM DOMÍCIlios PARTICULARES

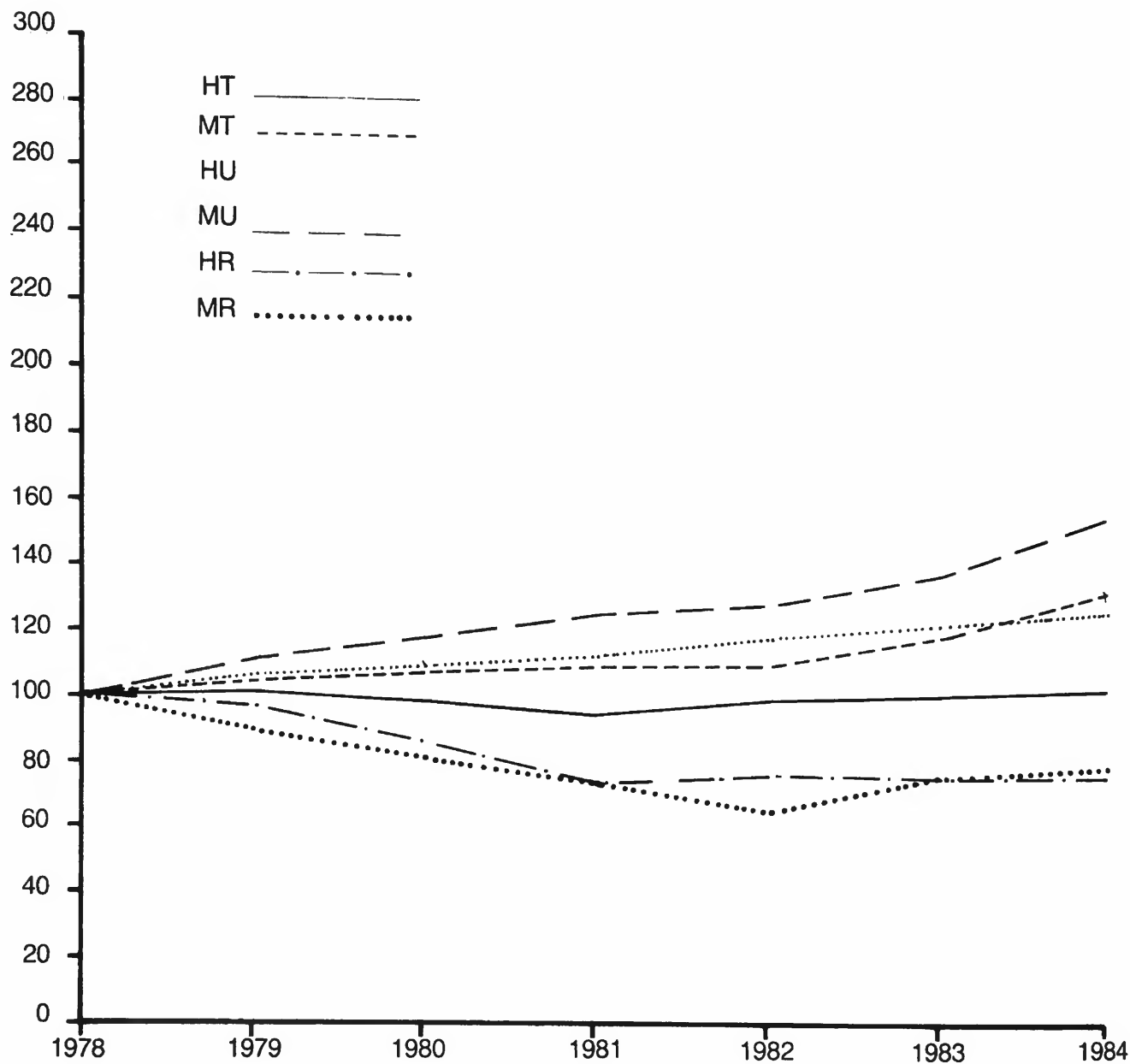


GRÁFICO 12

REGIÃO IV
CHEFES RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES

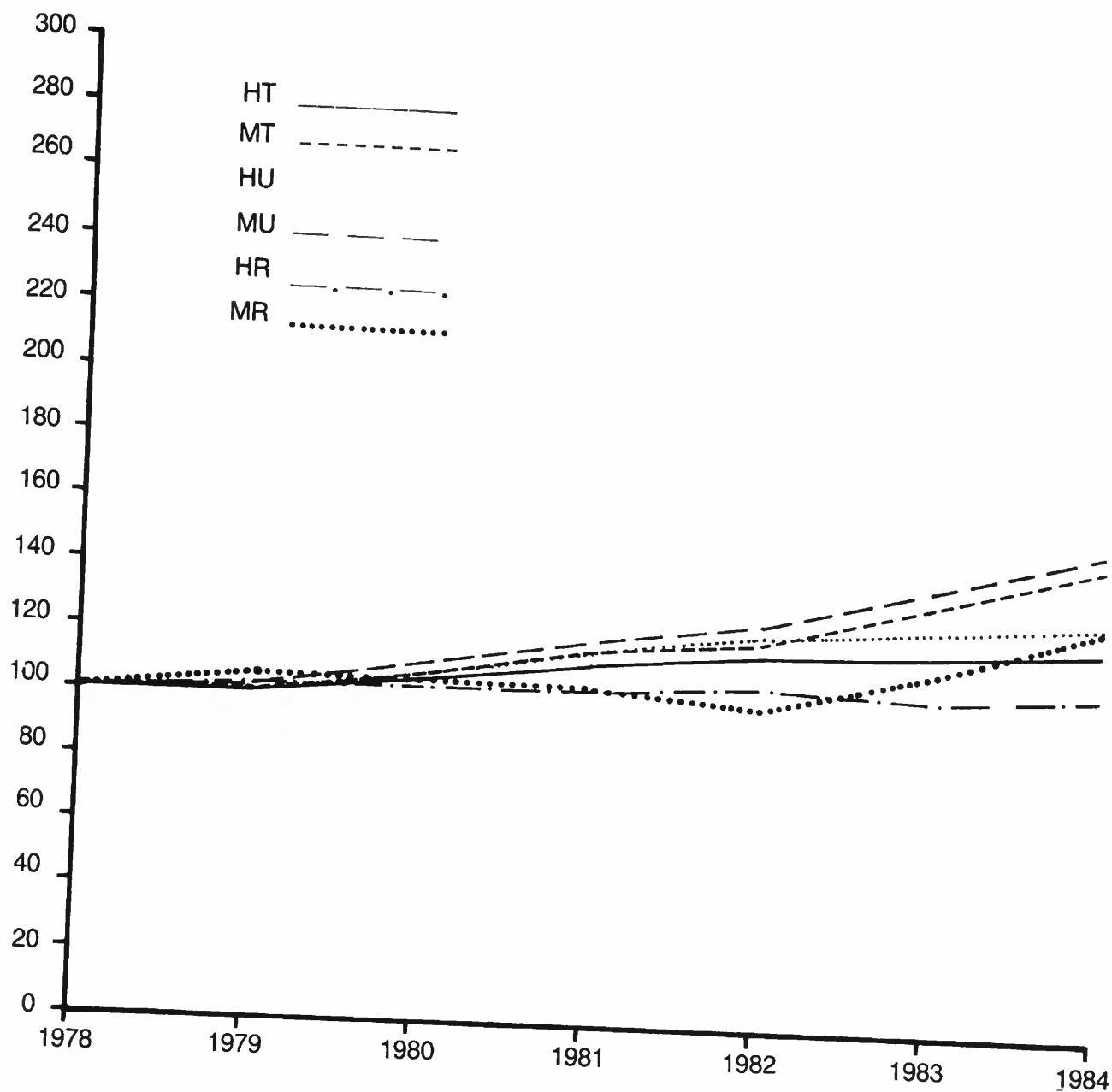


GRÁFICO 13

REGIÃO V
CHEFES RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES

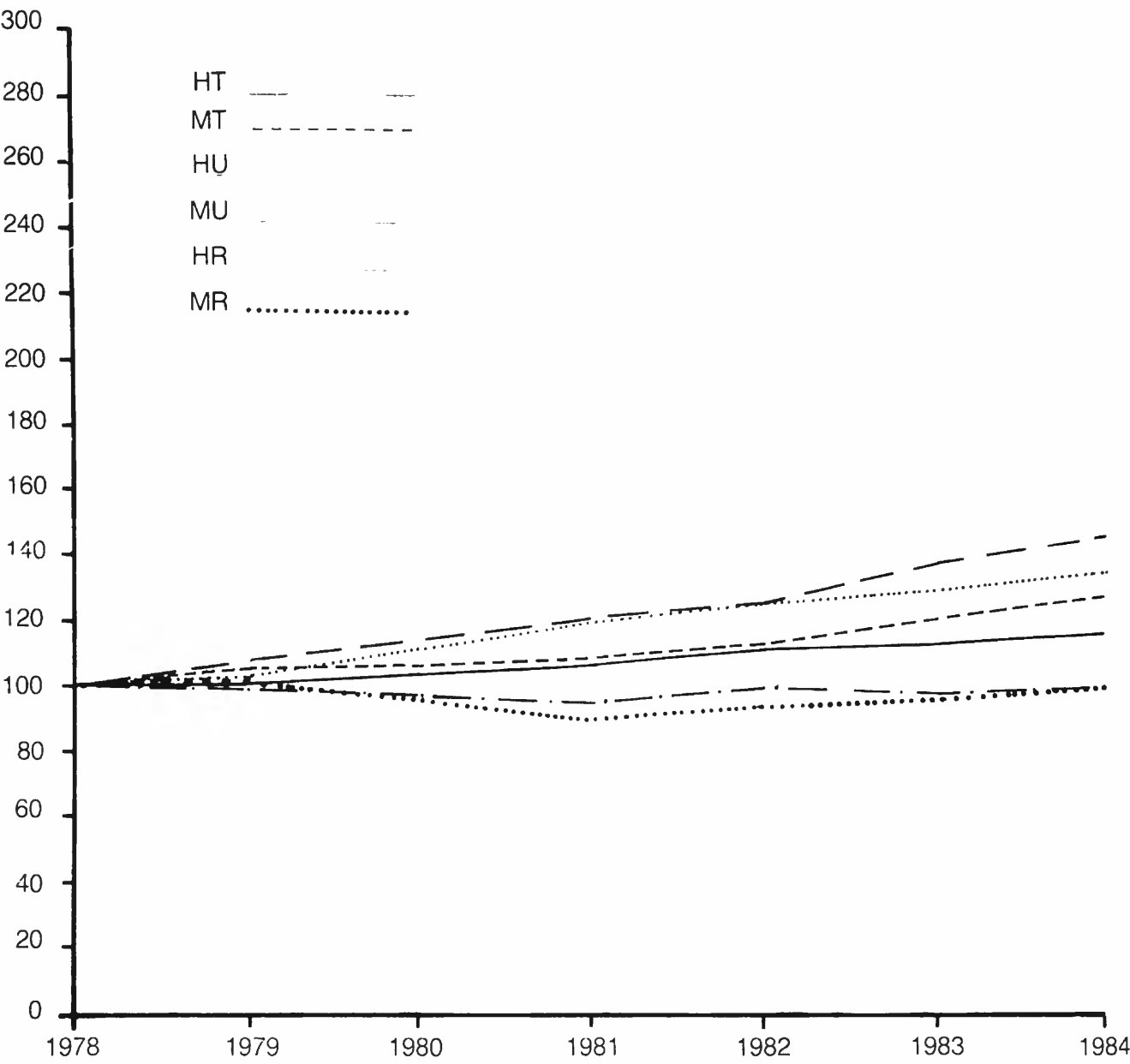


GRÁFICO 14

REGIÃO VI
CHEFES RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES

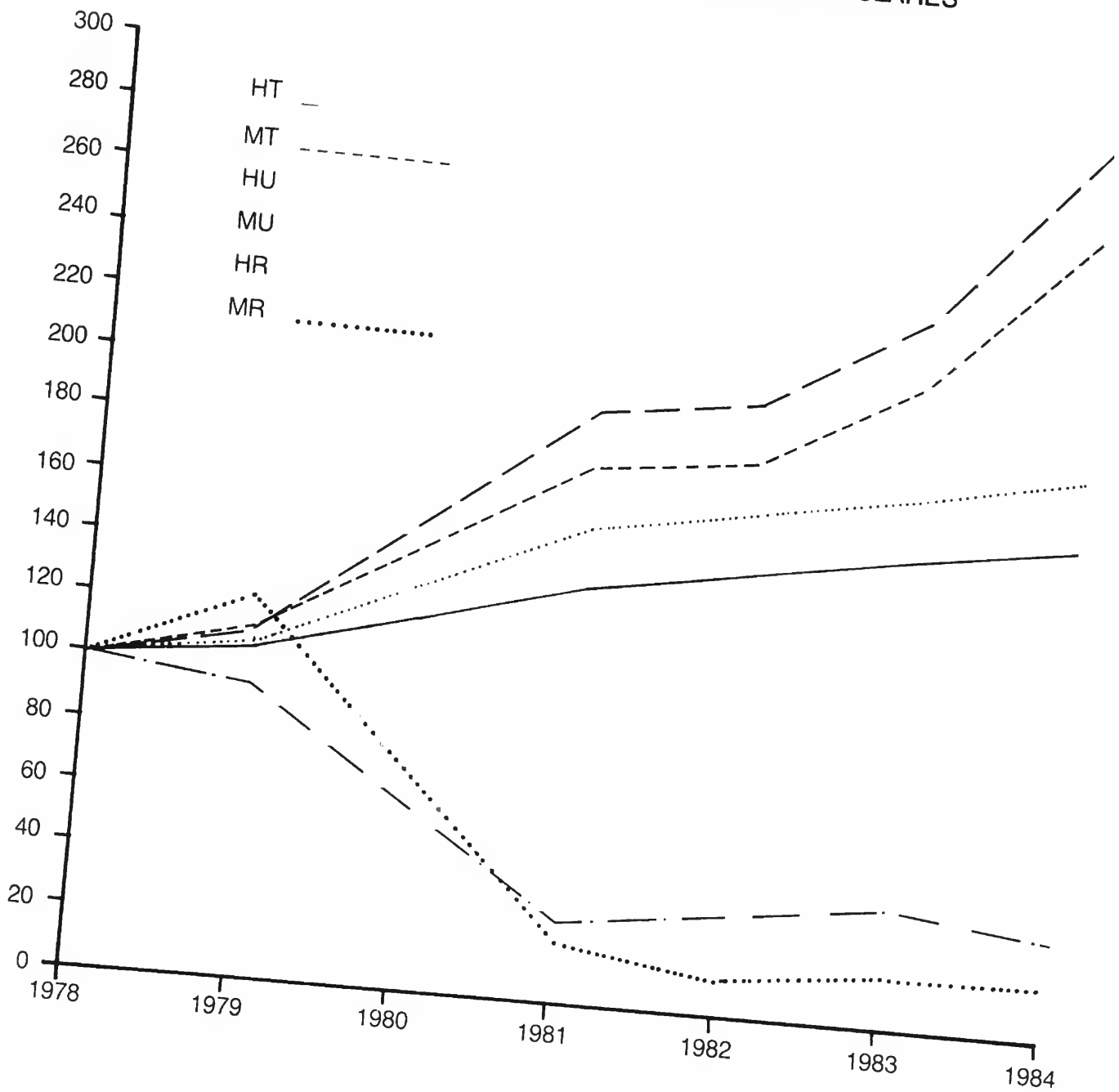
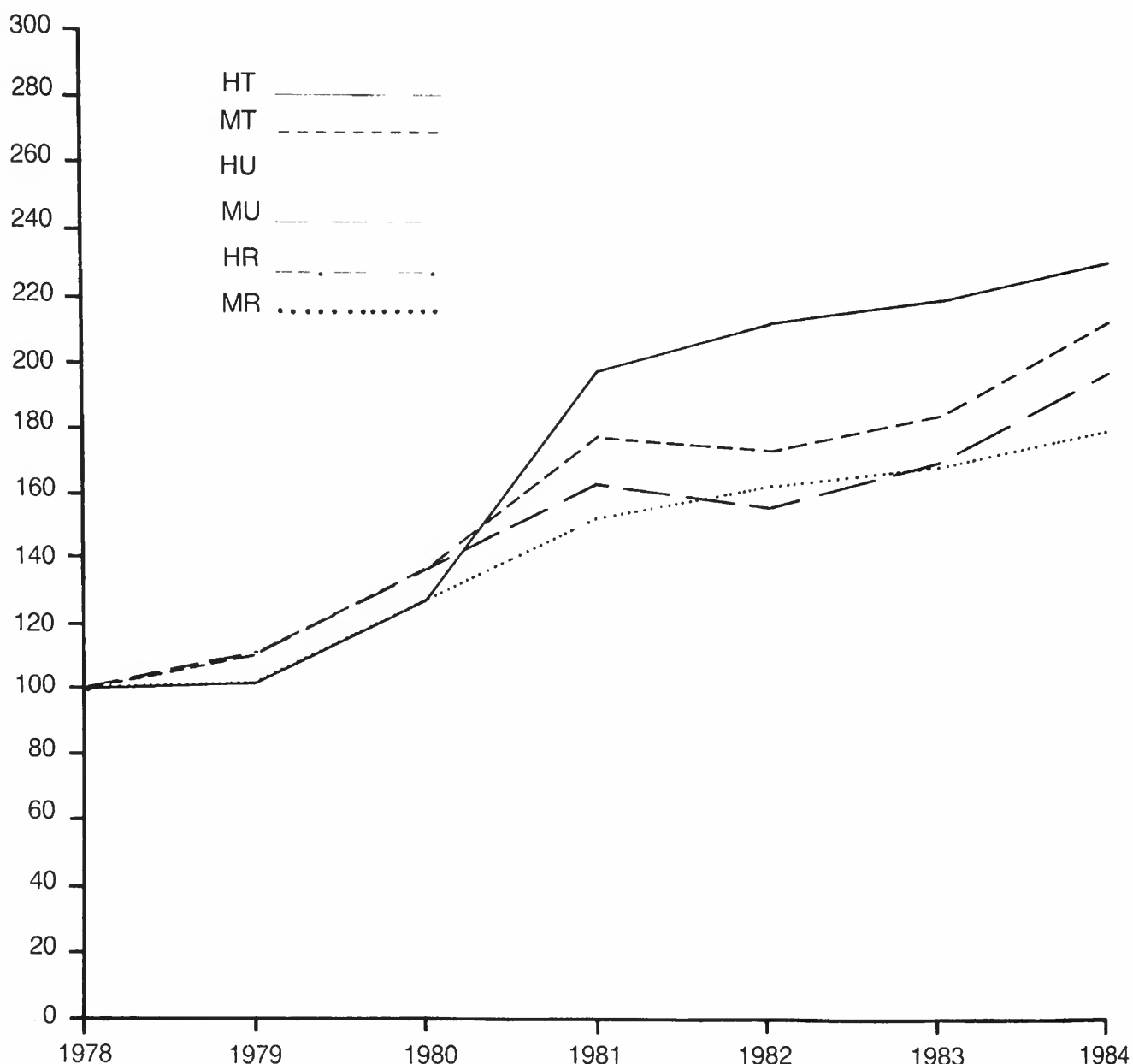


GRÁFICO 15

REGIÃO VII
CHEFES RESIDENTES EM DOMÍCIlios PARTICULARES

Verifica-se, pois, que o nível de concentração mostra-se sistematicamente crescente conforme caminhamos das regiões mais atrasadas para as mais adiantadas do país: a intermediar as duas áreas polares (São Paulo, Rio de Janeiro e Região Sul de um lado e o Nordeste por outro), situa-se, justamente, a região na qual colocam-se Minas Gerais e o Espírito Santo. Em posição excêntrica, estão o Distrito Federal, unidade complexa por si, e as regiões Norte e Centro-Oeste, as quais definem-se como área de fronteira, infensas de *per si* ao estabelecimento e manutenção de famílias rurais chefiadas por mulheres.

O segundo indicador, por seu turno, revela mais claramente as discrepâncias inter-regionais. Assim, na área aqui identificada como tradicional, o peso relativo das

TABELA 5

INDICADORES REFERENTES AOS CHEFES DE FAMÍLIA

Regiões	Indicador da concentração das famílias chefiadas por mulheres (1984)	Índice de variação do percentual de famílias chefiadas por mulheres (1978-84)
I	1,8	126,8
II	1,9	124,0
III	2,2	124,9
IV	1,7	116,9
V	1,6	102,4
VI	3,7	148,8
VII	3,0	86,5
Total	1,8	117,2

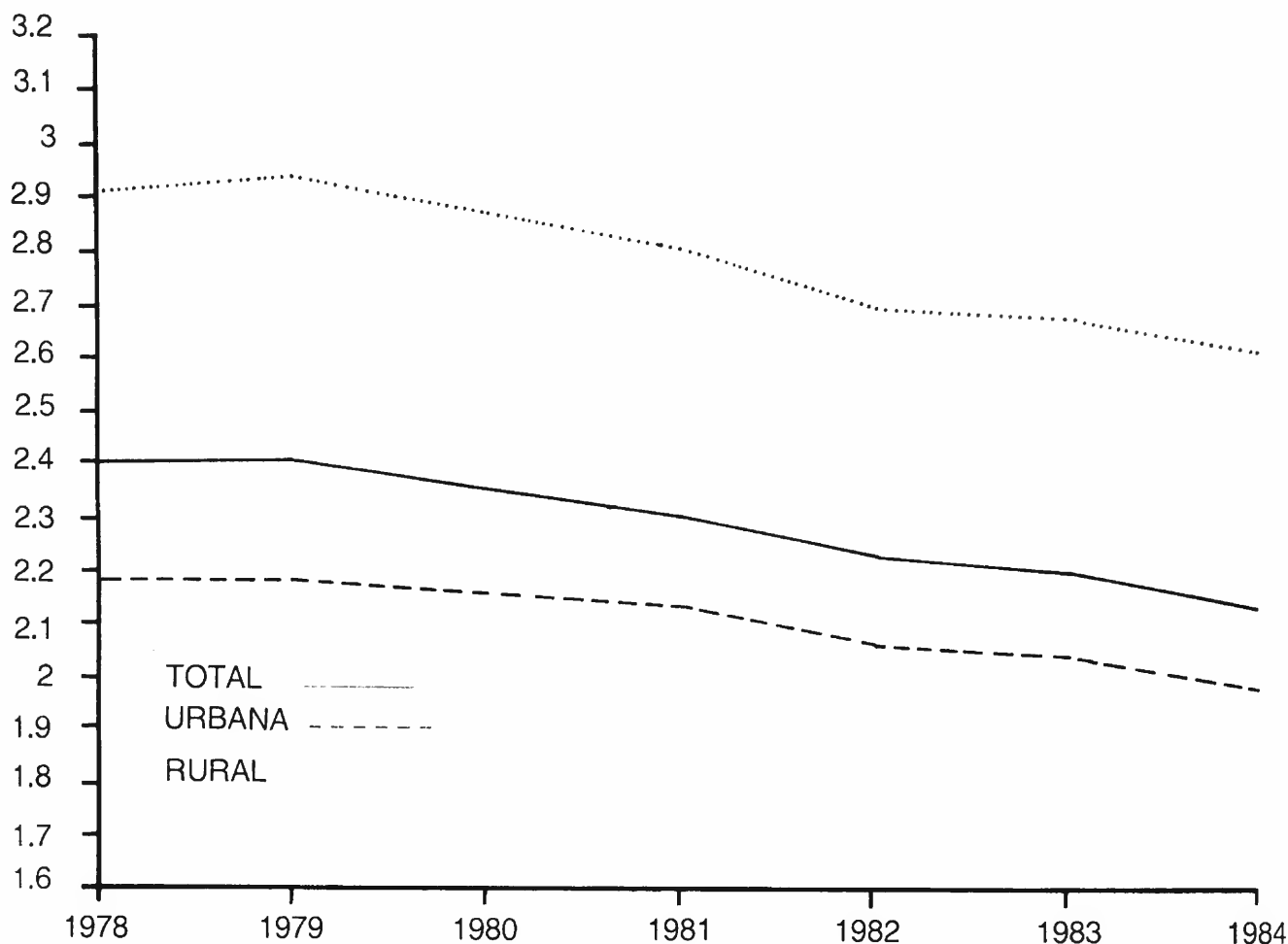
famílias chefiadas por mulheres manteve-se praticamente estável no transcurso do período em tela. Em contrapartida, nas áreas mais desenvolvidas a participação relativa em foco viu-se acrescida de 1/4. Mais uma vez, em posição intermédia, ficaram Minas e Espírito Santo, para os quais observou-se ritmo de mudança ligeiramente inferior, qual seja, de 16,9%. Pode-se concluir, também para os chefes de família, que no âmbito de tendências comuns mantém-se a especificidade do rural *vis-à-vis* o urbano e a heterogeneidade inter-regional do meio rural. Vejamos como se apresenta esta questão quando contemplada a condição na família que resta por analisar.

2.4 Sobre a Condição “Filhos” dos Chefes de Família

Em termos absolutos o número médio de filhos por família, para o Brasil como um todo, passou de 2,40 para 2,13, no período 1978-84, o que implica uma queda percentual de 11,2%. (Cf. gráfico 16).

Tal tendência à queda é universal, vale dizer, independe da situação dos domicílios, do sexo dos filhos, e verificou-se em todas as regiões. Não obstante, o ritmo da quebra revelou-se distinto conforme o corte efetuado. Assim, o meio rural conheceu um decremento relativo ligeiramente superior ao observado nas cidades: 10 % em face de 9,2%. A consideração do sexo dos filhos, por seu turno, (Cf. tabela 6) indica a permanência do predomínio do sexo masculino e a comparação das taxas de decréscimo para ambos os sexos aponta decrementos mais substantivos para o sexo feminino. O fortalecimento do domínio numérico dos filhos homens revela mudança comportamental que expressa o fato de os mesmos cada vez mais per-

GRÁFICO 16

TOTAL BRASIL
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS

manecerem mais tempo em vivência junto a seus pais, relativamente ao tempo de permanência das filhas⁽⁴⁾. Não nos escapa aqui a possibilidade de ter ocorrido um recrudescimento da maior inclinação migratória que distingue o sexo feminino. Neste componente pode estar a explicação de uma maior queda relativa, nas áreas rurais, do número médio de filhas no correr do período em análise (Cf. a última coluna da tabela 6). Esta eventual alteração de comportamento praticamente não foi detectada nas zonas urbanas das regiões I e IV.

O corte a nível regional revela decréscimos mais acentuados no Sul do país, para o qual verificou-se um declínio, entre 1978 e 1984, de 15,3% no número médio de filhos por família. A segui-lo estão os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, em cuja região que as abarca deu-se uma quebra de 13,3% naquela cifra. Já em São Paulo e no Rio de Janeiro as quedas foram menos pronunciadas: 9,9 e 10,5%, respectivamente. O Nordeste, por seu turno, conheceu o menor decremento (9,3%).

(4) Não seria de se estranhar que tal tendência se visse reforçada nos dois últimos anos em decorrência do processo recessivo com o qual nos defrontamos de 1985 a esta parte.

TABELA 6

ÍNDICES CONCERNENTES À CONDIÇÃO "FILHOS" DOS
CHEFES DE FAMÍLIA
(1978=100)

Regiões	Índice do Nº Médio de Filhos (1984)								
	Total			Urbana			Rural(a)		
	Total	Filhos	Filhas	Total	Filhos	Filhas	Total	Filhos	Filhas
I	89,5	90,0	87,8	90,2	90,7	89,7	88,6	90,4	86,6
II	90,1	91,5	89,5	91,8	93,1	90,2	86,5	88,8	84,4
III	84,7	86,2	83,8	89,2	93,2	87,8	86,4	87,6	85,0
IV	86,7	87,2	85,8	86,5	87,0	86,7	89,1	91,3	86,8
V	90,7	91,7	89,1	91,7	93,8	89,6	92,5	93,0	91,2
VI	90,4	89,3	90,7	92,8	92,3	93,3	96,7	95,4	97,5
VII	89,7	93,3	86,4	88,9	91,9	87,2	87,4	90,0	84,3
Total	88,8	90,4	87,8	90,8	94,7	89,4	90,0	90,8	88,4

Nota: (a) Para a região VII tomou-se como base o ano de 1981.

Deve-se notar que esta heterogeneidade regional decorre sobretudo dos decréscimos havidos no meio rural, pois nas cidades os mesmos pouco discreparam, atingindo 13,5% na região IV e 7,2% na VI. Já para o campo, os extremos distanciaram-se bem mais, variando de um mínimo de 3,3% na região VI a um máximo de 13,6% na região III. Ademais, para esta última zona, percebe-se, com clareza, a ocorrência de dois padrões distintos de variação. Um, correspondente aos níveis superiores de mudança do número médio de filhos, apresenta variações entre 11,4 e 13,6% e, outro, para o qual as alterações são menos notáveis, pois os valores oscilaram entre 10,9 e 3,3%. Este último padrão – observado nos estados nordestinos, além de Minas Gerais e Espírito Santo – parece ser típico das áreas rurais menos modernizadas, que mais tardiamente ingressaram em um processo denotador de declínio da fecundidade. Ademais, a este processo podemos associar tanto aqueles padrões como as evidências quantitativas antes mencionadas. Também se prendem a ele – visto dele decorrerem – os valores absolutos observáveis no marco cronológico mais próximo dos dias correntes.

Sob esta ótica teríamos o ordenamento apresentado na tabela 8, o qual é consentâneo, aliás, com a tipologia proposta neste trabalho. Aos valores mínimos para o indicador em pauta corresponde a área urbana das regiões mais altamente industrializadas do país, nas quais o aludido processo teve início há mais tempo e já evi-

TABELA 7

CONFRONTO, PARA CADA REGIÃO, ENTRE O
MEIO URBANO E O RURAL

Regiões	Decréscimo, em % do nº Médio de Filhos por Família entre (1978 e 1984)		
	Rural		Urbano
I (RJ)	11,4	>	9,8
II (SP)	13,5	>	8,2
II (PR, SC, RS)	13,6	>	10,8
IV (MG, ES)	10,9	<	13,5
V (Nordeste)	7,5	<	8,3
VI (D.F.)	3,3	<	7,2
VII (Norte e Centro-Oeste) ^(a)	11,1	<	12,6

Nota: (a) Entre 1981 e 1984, para o meio rural.

TABELA 8

NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR FAMÍLIA
(1984)

Situação dos Domicílios	Regiões (Unidades da Federação)	Nº Médio de Filhos por Família	Estágio e/ou Tendência
Urbana	I (RJ)	1,66	Estabilizar em patamar inferior
Urbana	II (SP)	1,78	
Urbana	III (PR, SC, RS)	1,82	
Urbana	IV (MG, ES)	2,17	Plenitude do processo de transição demográfica
Rural	I (RJ)	2,25	
Rural	II (SP)	2,30	
Rural	III (PR, SC, RS)	2,35	
Urbana	VII (Norte e C. Oeste)	2,32	Tem recebido famílias oriundas do Sul do país
Rural	VII (Norte e C. Oeste)	2,42	
Urbana	V (Nordeste)	2,33	Inícios do processo de transição Equilíbrio instável, tendência a queda
Rural	IV (MG, ES)	2,71	
Rural	V (Nordeste)	2,82	

dencia sinais de esgotamento, pois o número médio de filhos por família parece tender assintoticamente para um patamar inferior.

Graficamente, tal fenômeno fica patenteado para as regiões I, II e III (Veja-se gráficos 17, 18 e 19).

Em seguida viriam as áreas rurais das regiões aqui tidas como modernas, bem como a área urbana do grupo identificado como intermédio. Neste caso, está-se a viver plena e intensamente o processo em foco. A própria inclinação das curvas correspondentes ao meio rural das regiões I, II e III e à zona urbana da região IV atesta o elevado decréscimo do número médio de filhos, bem como dá suporte à expectativa de que, nos próximos anos, continuarão a ocorrer decréscimos substantivos (Veja-se os três gráficos anteriores e o gráfico 20).

A mesma expectativa pode ser proposta para a área rural do grupo intermédio e urbana da região V, nas quais parece ter início, em anos mais recentes, o processo de queda da taxa de fecundidade. (Cf. gráficos 20 e 21).

A área rural do Nordeste, por seu turno, apresenta o maior valor para o indicador em pauta; ali o processo de queda da taxa de fecundidade, embora já se faça sentir, ocorre há muito pouco tempo; por isso caracterizamo-la como área de equilíbrio instável, pois a tendência será a de apresentar, em curto espaço de tempo, quedas percentuais das maiores no número médio de filhos por família.

Quanto às regiões Norte e Centro-Oeste⁽⁵⁾, cumpre repisar a conjugação de dois quadros distintos: o prevalecente antes da forte migração sulina, no qual devia imperar comportamento próximo ao observado nas áreas tradicionais e o decorrente do aludido fluxo migratório e que vigora nos dias correntes: note-se que as famílias sulinas que se dirigem para a região em foco já levam incorporado o processo de transição que identifica as áreas rurais do Sul do país. A justaposição destes dois quadros explica o fato de observarmos uma elevada queda do número médio de filhos por família, tanto no meio urbano como no rural, cabendo a este, não obstante, as quebras mais expressivas. (Veja-se gráfico 22; note-se que para a área rural os dados só passaram a ser levantados a contar de 1981).

3. Número Médio de Famílias por Domicílio

Os estudos de demografia histórica relativos ao nosso período colonial têm demonstrado a larga dominância dos domicílios considerados de estrutura simples, vale dizer, nos quais abriga-se uma só família, presentes em alguns casos indivíduos solitários que guardam parentesco (em nível ascendente ou descentente) com o chefe do domicílio. Identifica-se, pois, a inclinação das famílias nucleares brasileiras por se estabelecerem em domicílios independentes.

(5) Em face do caráter atípico dos processos demográficos e de urbanização verificados no Distrito Federal, optamos por excluí-lo deste tópico relativo ao número médio de filhos por família. Brasília, a nosso ver, merece um estudo à parte.

GRÁFICO 17
REGIÃO I
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS

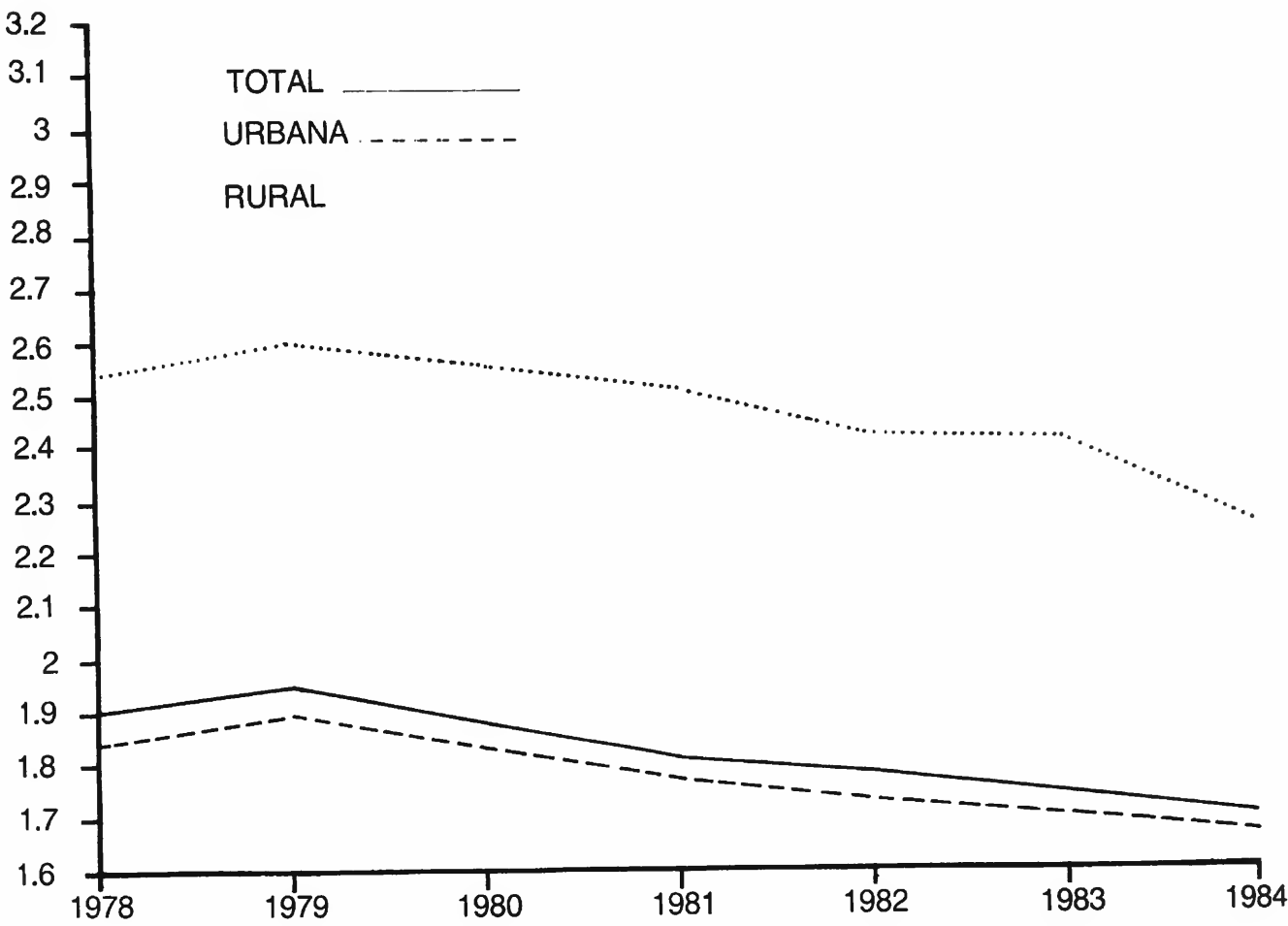


GRÁFICO 18
REGIÃO II
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS

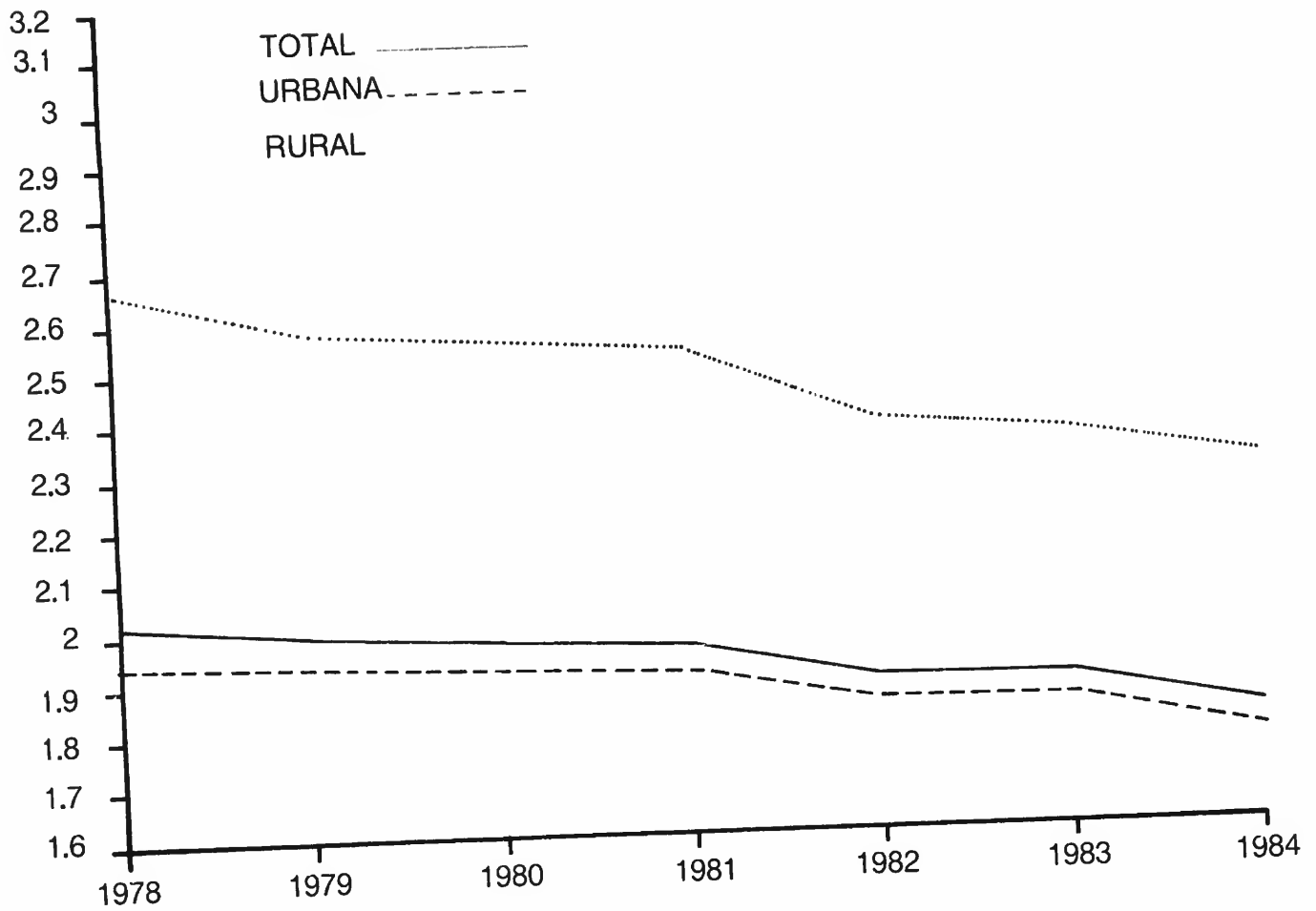


GRÁFICO 19
REGIÃO III
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS

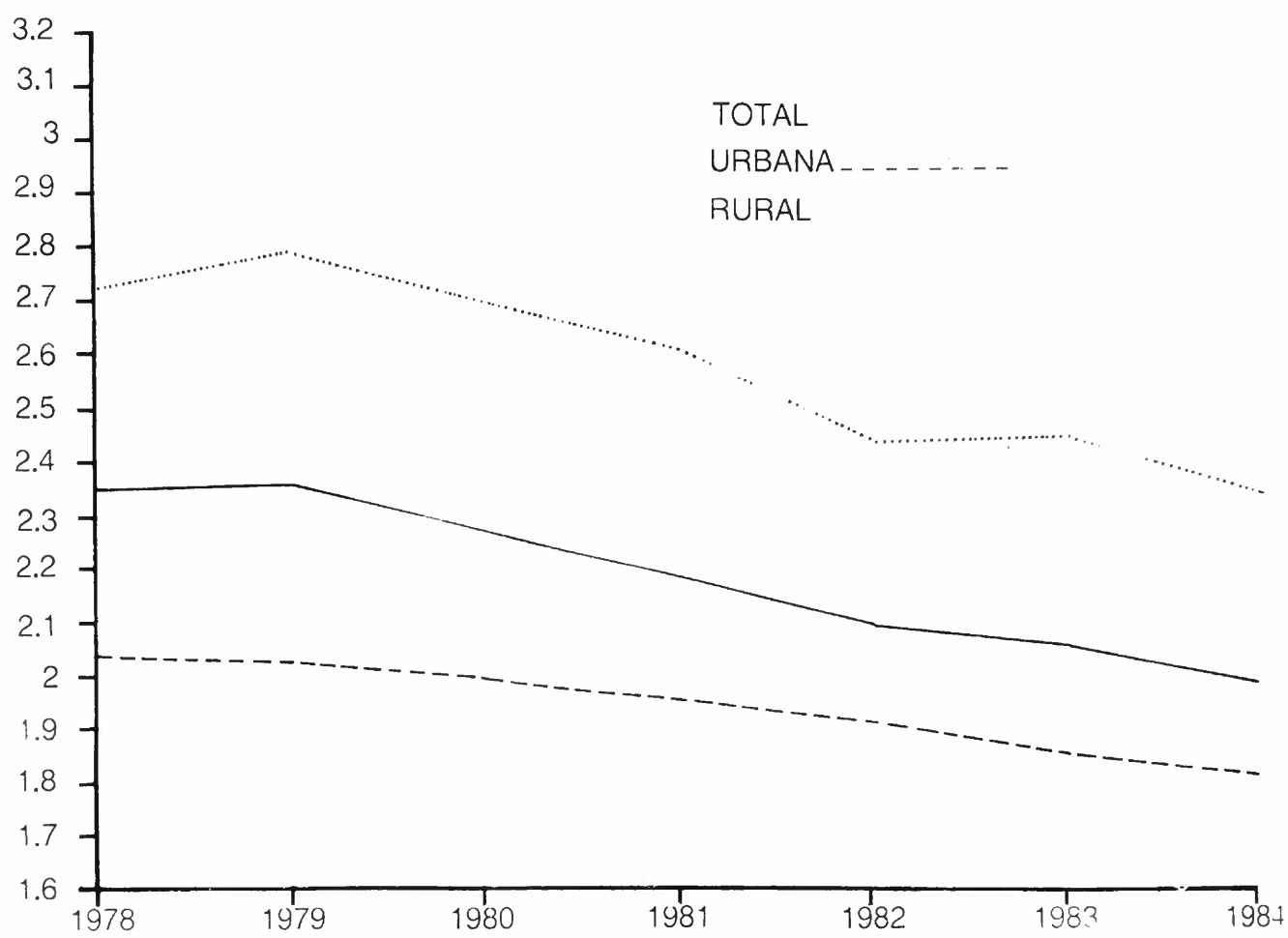


GRÁFICO 20
REGIÃO IV
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS

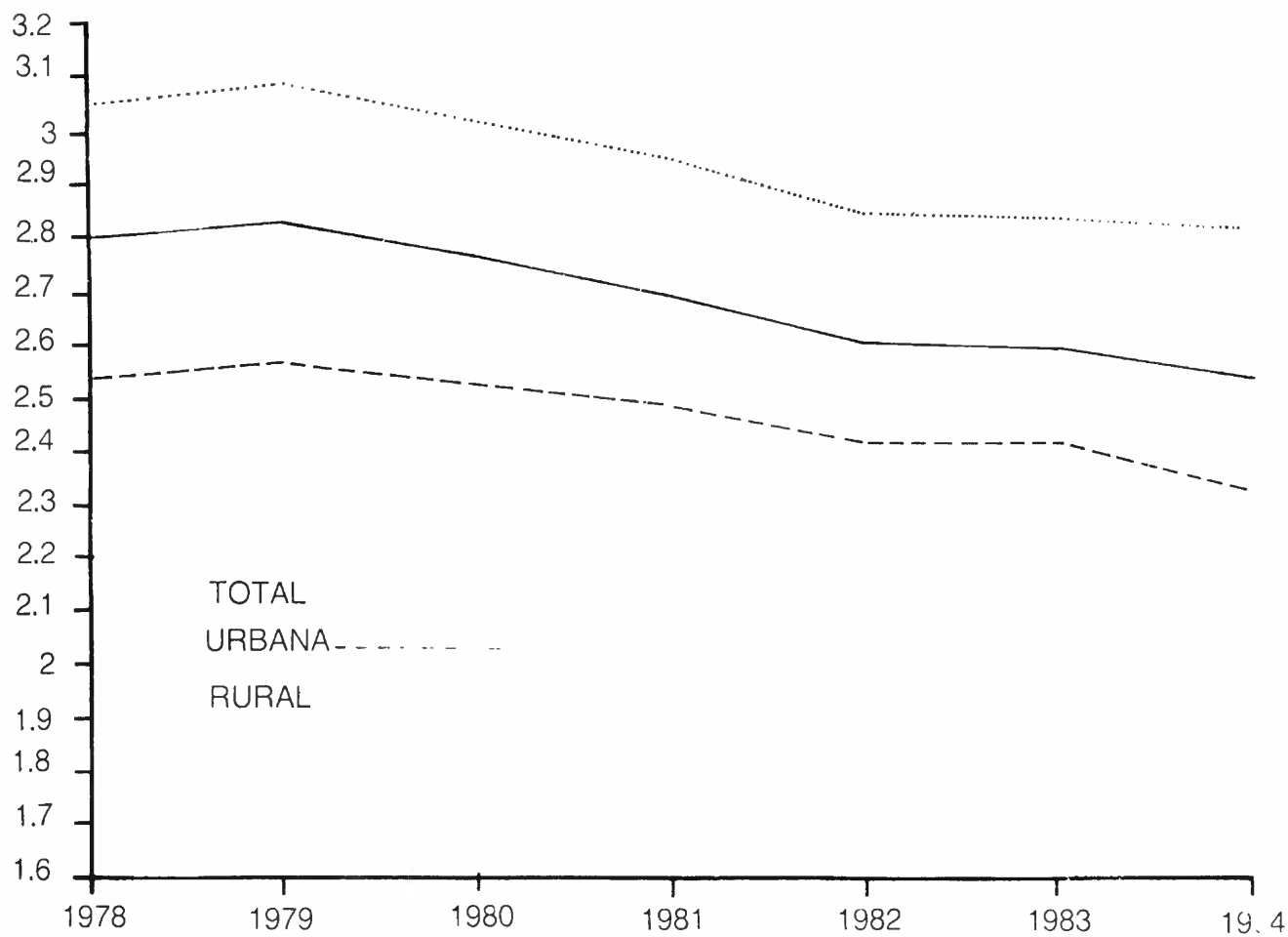
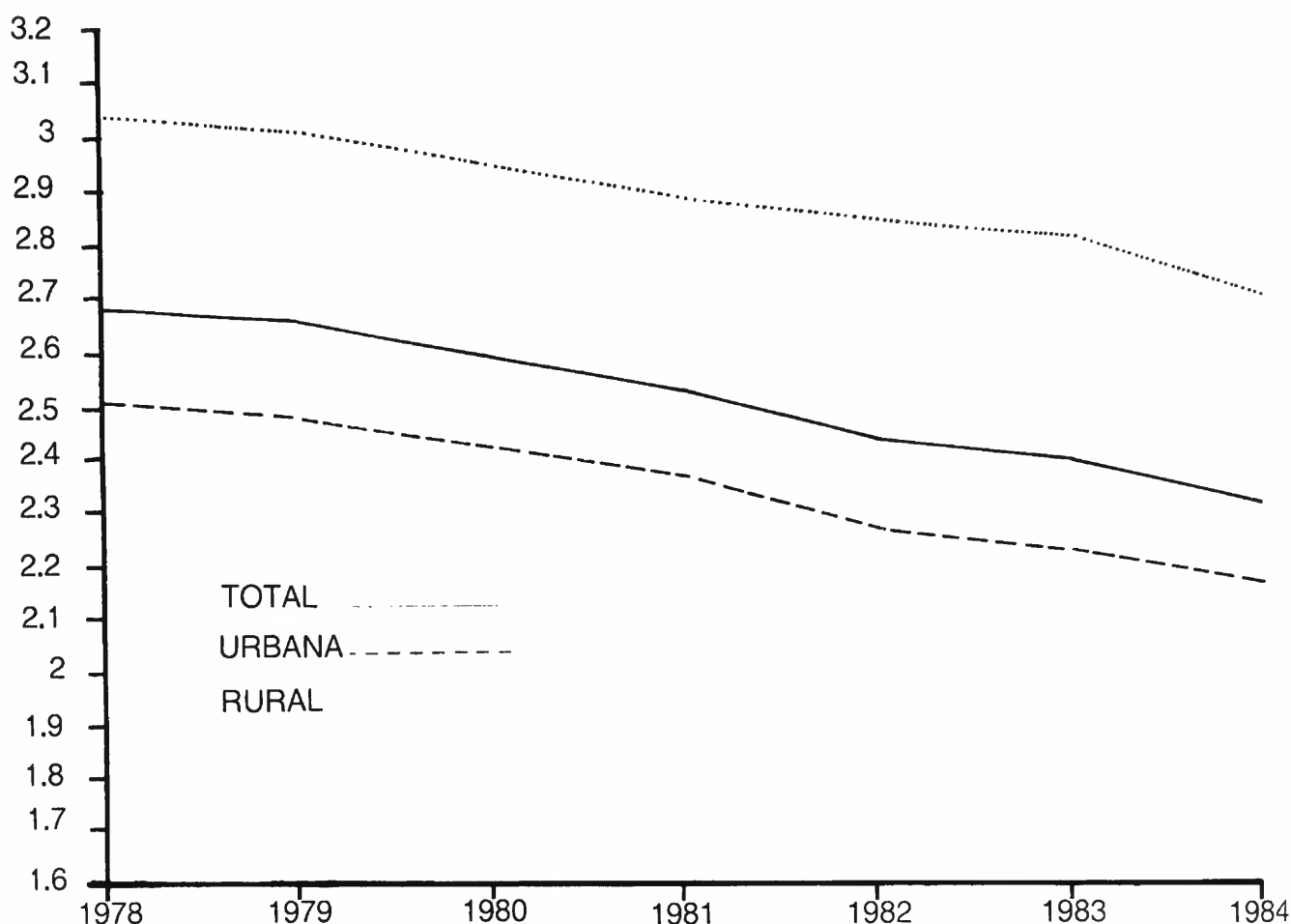


GRÁFICO 21

REGIÃO V
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS

Ademais, aqueles estudos mostram que não ocorria divergência marcante entre o meio rural e urbano.

Os dados inscritos na tabela 9 mostram que este é o panorama em vigência hodiernamente. Também indicam que praticamente não existem discrepâncias entre o campo e as cidades. Além disto não é perceptível qualquer distinção ao nível regional.

Caso fôssemos tentados a avançar considerações de ordem quantitativa⁽⁶⁾, diríamos que ocorreu, entre 1978 e 1984, um ligeiro declínio no indicador em questão e que o mesmo mostra um diminuto diferencial positivo do meio urbano com respeito ao rural.

À vista do exposto, pode-se concluir pela homogeneidade em termos nacionais, lembrando que a mesma corrobora a tese de que não existe, necessariamente,

(6) Não nos escapa, aqui, a relativa precariedade dos dados com os quais estamos a lidar; a respeito deve-se lembrar que os domicílios com quatro ou mais famílias, mesmo se fossem aparentadas e subordinadas a um único chefe, foram computados, desde 1976, à parte (Cf. FIBGE, 1981, p. 28).

GRÁFICO 22
REGIÃO VII
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS

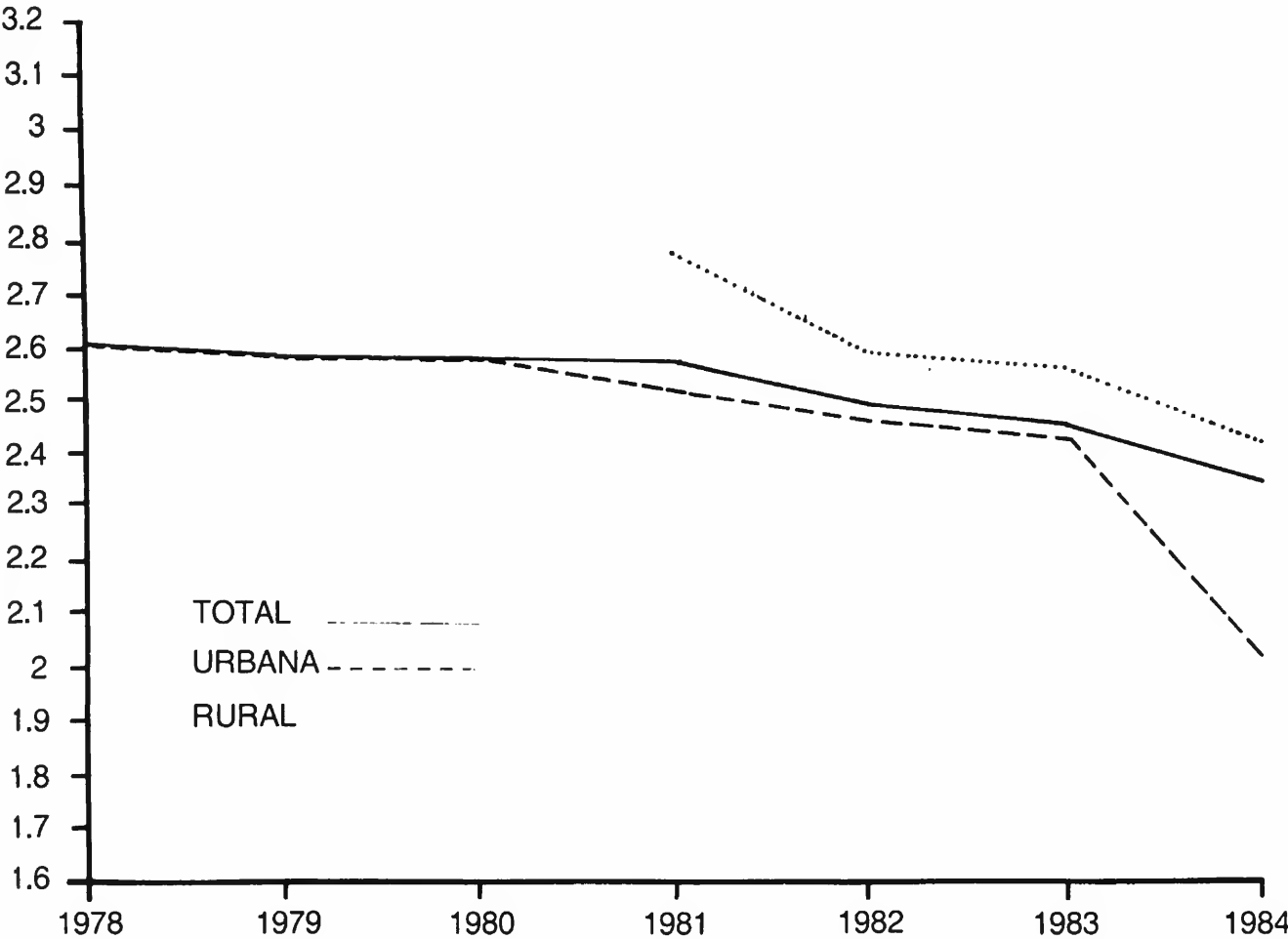


TABELA 9
Nº MÉDIO DE FAMÍLIAS POR DOMICÍLIO
(1978-1984)

Regiões	1978			1979			1981			1982			1983			1984		
	Urb.	Rur.	Tot.	Urb.	Rur.	Tot.	Urb.	Rur.	Tot.	Urb.	Rur.	Tot.	Urb.	Rur.	Tot.	Urb.	Rur.	Tot.
I	1,09	10,7	1,09	1,10	1,09	1,10	1,08	1,04	1,08	1,08	1,09	1,08	1,07	1,07	1,07	1,08	1,06	1,08
II	1,07	1,07	1,07	1,07	1,07	1,07	1,06	1,06	1,06	1,05	1,05	1,05	1,06	1,07	1,06	1,06	1,06	1,06
III	1,06	1,07	1,07	1,07	1,07	1,07	1,06	1,06	1,06	1,05	1,06	1,05	1,05	1,06	1,05	1,06	1,07	1,06
IV	1,06	1,04	1,06	1,07	1,05	1,06	1,06	1,04	1,05	1,05	1,04	1,04	1,05	1,04	1,05	1,06	1,05	1,06
V	1,09	1,06	1,08	1,10	1,07	1,08	1,08	1,04	1,06	1,07	1,04	1,06	1,08	1,04	1,06	1,08	1,05	1,07
VI	1,07	1,04	1,06	1,04	1,03	1,06	1,06	1,08	1,06	1,05	1,03	1,05	1,07	1,03	1,06	1,07	1,01	1,07
VII	1,10	-	1,10	1,11	-	1,11	1,09	1,03	1,08	1,07	1,04	1,07	1,07	1,04	1,06	1,08	1,04	1,07
Brasil	1,08	1,06	1,07	1,08	1,07	1,08	1,07	1,05	1,06	1,06	1,05	1,06	1,06	1,05	1,06	1,06	1,05	1,06

TABELA 10

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DOS DOMÍCILOS
RURAIS SEGUNDO REGIÕES
(1978-1984)

Regiões	1978	1979	1981	1982	1983	1984	1984(a)
I	3,09	3,16	2,58	2,77	2,78	2,96	0,73
II	8,25	7,82	7,13	7,50	7,88	7,71	1,91
III	27,99	27,55	21,94	21,40	21,41	21,15	5,24
IV	13,57	14,13	14,83	14,43	14,32	14,49	3,59
V	46,70	46,94	47,19	47,26	46,85	46,99	11,65
VI	0,40	0,40	0,10	0,12	0,15	0,13	0,03
VII	—	—	6,23	6,52	6,61	6,57	1,63
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	24,78

Nota: (a) Participação dos domicílios rurais sobre o total de domicílios brasileiros.

correspondência entre domicílios complexos e estruturas sócio-econômicas com perfil mais próximo do tradicional.

Antes de sumariarmos as principais conclusões deste estudo cumpre fornecer um quadro da distribuição dos domicílios rurais segundo regiões e a situação dos mesmos.

Conforme se infere imediatamente da última coluna da tabela 10, os domicílios colocados na zona rural compreendem pouco menos de um quarto dos domicílios brasileiros: exatamente 24,78%, em 1984. A distribuição dos mesmos segundo regiões não é homogênea, pois existe forte concentração no Nordeste; os domicílios rurais ali existentes representam mais de um décimo do número total de domicílios brasileiros, cifra esta que adquire maior realce se lembrarmos que ali se congrega pouco menos da metade do número total de domicílios situados no campo. Assim, ao falarmos da área aqui identificada como de características tradicionais estamos nos referindo a grandes contingentes populacionais aos quais cabe enfrentar condições econômicas das mais adversas da nação.

Ademais, o peso relativo dos domicílios rurais nordestinos tem-se mantido praticamente constante ao longo dos últimos anos; tal comportamento denota que o processo de urbanização é genérico ao Brasil, vale dizer, na região nordestina tal processo tem acompanhado, ou mesmo sobrepujado ligeiramente, o ritmo nacional. Destarte, sob a ótica dos cortes até aqui efetuados pode-se afirmar que a tendência geral é a de convergência para os padrões familiares e domiciliares vigorantes nas zonas urbanas das áreas economicamente mais desenvolvidas da nação. É de se esperar, portanto, uma aproximação dos padrões rurais aos urbanos e destes últi-

mos, em geral, àqueles predominantes nas cidades do Sul.

É à luz desta colocação que se devem encarar as conclusões extraídas ao correr deste artigo, no qual, frise-se, privilegiamos os cortes afetos, tão-somente, à composição da família e dos domicílios segundo a situação rural ou urbana destes últimos.

Dadas, pois, as limitações derivadas de tais cortes em face daquelas conclusões, não é descabido asseverar-se que não existem discrepâncias estruturais a distinguir as famílias e os domicílios rurais daqueles localizados no meio urbano; a mesma proposição resulta do confronto inter-regional. Não se trata, como repisamos, da vigência de um padrão único, mas sim, da tendência à uniformização. Como salientamos, os quadros distintos delineados ao longo do artigo exprimem momentos de um processo que nos parece geral: trata-se, basicamente, da mudança de tamanho das famílias e dos domicílios, os quais passaram, em instantes diferentes do tempo, a reduzir-se. Vale dizer, do ponto de vista estrutural predominam, em ambos os meios, os domicílios de composição simples nos quais encontramos maciçamente famílias nucleares – pais e respectivos filhos. A presença de várias gerações de parentes a coabitarem um mesmo domicílio e/ou a presença no mesmo de não-parentes – características que denotam os domicílios complexos – revelam-se, tanto no meio rural, como no urbano, pouco expressivos; ademais, como demonstrado, não se notam distinções significativas quanto a estas características entre os dois meios. Portanto, as distinções entre o campo e a cidade, bem como entre as regiões, devem-se, basicamente, aos quantitativos referentes a uma mesma estrutura domiciliar simples, a qual tem-se mostrado dominante no tempo e no espaço. Daí decorre que as alterações prendam-se ao tamanho das famílias e dos domicílios, que, como avançado, têm conhecido um processo de redução do número de seus integrantes. A informar tal processo encontra-se, fundamentalmente, a queda da natalidade, a qual, por sua vez, pode ser associada à modernização dos comportamentos decorrente da urbanização e crescimento econômico. A estas transformações também se vincula a crescente participação de domicílios de solitários e daqueles chefiados por mulheres, cuja conseqüência é reforçar a redução acima aludida.

Estes dois fatores dão conta, a nosso ver, do conjunto de mudanças por que passaram a família e o domicílio brasileiros. Por sua vez, as alterações na composição e estrutura dos mesmos restringem-se ao incremento de solitários e famílias (e/ou domicílios) chefiados pelo elemento feminino.

Referências Bibliográficas

- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. *A População de Curitiba no Século XVIII – 1751-1800 Segundo os Registros Paroquiais*. Dissertação de Mestrado, UFPR, 1980.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: População (1719-1826)*. São Paulo, IPE-USP, 1979.
- FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios na Década de 70*. Rio de Janeiro, IBGE, 1981. (Série Relatórios Metodológicos/IBGE, 1).
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Cidade de São Paulo: Povoamento e População 1750-1850*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1973.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família na Sociedade Paulista no Século XIX*. Tese de Doutorado, USP, 1980.